

**Justiça, paz, solidariedade**

Ana Maria Motta Ribeiro

Anivaldo Padilha

Aurélio Vianna

Emir Sader

Francisco Catão

Gabriela Silva Leite

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Ordep Serra

Rosa Marga Rothe

# Leia e confira os lançamentos da



## O sentido da Escola

Nilda Alves (org.), Regina Leite Garcia (org.),  
Sílvio Gallo, Edgar Morin, Carlos E. Ferrazo

## Afinal, que país é este?

Pedro C. Cunha Bocayuva (org.),  
Sandra Mayrink Veiga (org.), Ricardo Salles,  
Carlos Nelson Coutinho, Francisco de  
Oliveira, Cristóvam Buarque, Virgínia Fontes

## Multiculturalismo

### – mil e uma faces da educação

Azoida da Trindade (org.), Muniz Sodré,  
Glória Ladson-Billings, Annette Henry,  
Rafael dos Santos (org.), Roseli Fischmann,  
Massimo Canevacci, Milton Santos,  
Mária J. Lopes da Silva

## Gestão democrática

João Baptista Bastos (org.), Chico Alencar,  
Marília P. Spósito, Vitor H. Paro,  
Juçara C. Grácio, Regina Célia F. Aguiar,  
Tarso Genro, Maria L. A. Fortuna,  
Antônio E. do Nascimento

## Verde cotidiano

Marcos Reigota (org.), Pêro Vaz de Caminha,  
Ronald Raminelli, Genoveva Chagas,  
Marlene Curtis, Fernando Moraes F. JR,  
Enrique Leff, Philippe P. Layrargues

## A magia da linguagem

Edwiges Zaccur (org.), Magda Becker Soares,  
Ana L. Bustamante Smolka, Sônia Kramer,  
João Wanderley Gerald

## Avaliação: uma prática em busca

### De novos sentidos

Maria T. Esteban (org.), Regina Leite Garcia,  
Ángel Díaz Barriga, Almerindo Janela,  
Corinta M. G. Gerald, Jussara M. P. Loch

## A democracia no cotidiano da Escola

Inês B. de Oliveira (org.), José Gonçalves  
Gondra, Jean Houssaye, Paulo Sérgio Sgarbi



Uma coleção voltada para o espaço/tempo do cotidiano escolar. São temas úteis e atuais para o debate da educação.



## Feito e a ser feito

– as encruzilhadas do labirinto V  
Cornelius Castoriadis

Último livro do autor, falecido em 1998, traz um testamento de sua obra. Mostra com clareza a disposição que o animava como filósofo comprometido com a causa humana.



## Geração de emprego E renda no Brasil

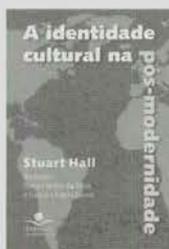
– experiências de sucesso  
Carlos Aquiles Siqueira (coord.)

Expõe estratégias e políticas alternativas para a questão do desemprego no Brasil. Produzido em co-edição com o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA.



## A cidade do capital Henri Lefebvre

O tema do livro é a cidade e a problemática urbana dentro do quadro teórico do materialismo histórico. Trata-se de um leitura ou releitura temática da obra de Marx e Engels.



## A identidade cultural na pós-modernidade – 3ª edição Stuart Hall

Uma mudança estrutural fragmenta e desloca as identidades culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Este livro analisa a crise de identidade do sujeito na pós-modernidade.

**DP&A**  
na internet

home page: [www.dpa.com.br](http://www.dpa.com.br)  
e-mail: [dpa@dpa.com.br](mailto:dpa@dpa.com.br)

Rua Santo Amaro 129, parte – Santa Teresa  
22211-230 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 232-1768 – Fax: (21) 507-2633

**KOINONIA Presença Ecumênica  
e Serviço**Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (0\*\*21) 224-6713  
Fax (0\*\*21) 221-3016  
E-mail koinos@ax.apc.org**CONSELHO EDITORIAL**Carlos Alberto Messeder Pereira  
Emir Sader  
Ivoni Reimer  
José Oscar Beozzo  
Francisco Catão  
Jether Pereira Ramalho  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Sérgio Marcus Pinto Lopes  
Tânia Mara Sampaio Vieira**CONSELHO CONSULTIVO**Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves**EDITOR**

José Bittencourt Filho

**EDITORA ASSISTENTE E****JORNALISTA RESPONSÁVEL**Helena Costa  
Mtb 18619**EDITORA DE ARTE****E DIAGRAMADORA**

Anita Slade

**COPIDESQUE**

Paulo Roberto Salles Garcia

**REVISOR**

Carlos Cunha

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**

Mara Lúcia Martins

**CAPA**

Anita Slade

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

Roberto Dalmaso

**FOTOLITOS**

GR3

**IMPRESSÃO**

Clip

Os artigos assinados não traduzem  
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,00

Assinatura anual

R\$ 18,00

Assinatura de apoio

R\$ 25,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

**KOINONIA**

- Perspectivas ecumênicas —  
notas conjunturais** 6

**DEMOCRACIA E TOLERÂNCIA**

- ESPÍRITO**  
**Ação cristã pela democracia, e tolerância** 7  
Francisco Catão

- REINVENÇÃO**  
**Árvores, casas e pedras se multiplicam** 13  
Ordep Serra

- AMBIGUIDADE**  
**Por uma sociedade democrática** 15  
Aurélio Vianna

**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

- TRAMA**  
**Narcotráfico e campesinato** 19  
Ana Maria Motta Ribeiro

- REALIDADE**  
**Narcotráfico e violência no campo** 23  
Jorge Atílio Silva Iulianelli

- CONFIANÇA**  
**Segurança pública em discussão** 26  
Rosa Marga Rothe

**PRECONCEITO E AÇÃO PÚBLICA**

- ESTIGMA**  
**Carnaval, preconceito, resistência** 30  
Gabriela Silva Leite

- SAÚDE**  
**Igrejas em missão — Aids** 33  
Anivaldo Padilha

**CRÔNICA**

- É preciso** 36  
Emir Sader

**OUSADIA**

- O movimento sindical rural sai jogando** 38  
Jorge Atílio S. Iulianelli, Quitéria Maria Ferreira  
e Rita de Cássia de Souza

**RUBEM ALVES**

- “...para quem será?”** 41

## Há algum tempo assistíamos

a uma obra-prima da Sétima Arte: A Lista de Schindler. Em meio a um quadro cultural, político e econômico no qual a solidariedade parecia estar sendo totalmente banida e mesmo justificada "cientificamente", essa obra de arte aparecia como uma pequenina luz no fundo de um longo e tenebroso túnel. A par disso, no plano da sociedade civil brasileira, Betinho comandava a sua cruzada humanitária, fazendo com que assistíssemos a cenas de solidariedade explícita.

Ao mesmo tempo em que os arautos do neoliberalismo desenterravam antigas diretrizes econômicas do tipo "vícios privados são virtudes públicas" e a economia globalizada ia criando um sentimento de impotência cada vez mais intenso, reaparecia no cenário social — de Spielberg a Betinho — a proposta de que, se não podemos salvar o mundo, salvemos alguns. Se não existe uma alternativa global ao modelo abrangente e avassalador, que possamos somar nossa parcela de contribuição, mesmo que modestíssima. Este vem sendo o fundamento principal das ações sociais em favor dos empobrecidos, não nos iludamos, para o bem e para o mal! Mas esta é outra discussão.

O mais importante é que a revalorização das pequenas ações com sentido solidário e redentor talvez represente um primeiro passo na reconstrução de uma nova alternativa abrangente, democrática, justa e fraterna. O tempo dirá. Nesta transição cultural, econômica e política que nos cabe viver, o que deve nos interessar, em primeira instância, é que gestos concretos de solidariedade em prol dos desfavorecidos convertam-se numa atitude de resistência contra os ditames do capitalismo em seu estágio atual, totalitário e excludente.

À luz desses fenômenos estruturais e conjunturais, KOINONIA decidiu — no ensejo das comemorações pelos vinte anos de existência de TEMPO E PRESENÇA — abrir uma discussão sobre essa temática e ouvir alguns testemunhos dos seus associados envolvidos diretamente em ações solidárias, quer por intermédio de projetos da própria entidade, quer não. Entendeu-se que desencadear tal processo de reflexão seria também uma contribuição, embora modesta, para enriquecer essas práticas com inspiração ecumênica.

Assim sendo, o que trazemos é uma sistematização das discussões e depoimentos apresentados naquela oportunidade e que gravitam em torno das correlações entre democracia e tolerância. Tais aspectos nos interessam de perto, posto que a nossa perspectiva ecumênica insiste no combate às formas explícitas ou camufladas de autoritarismo, assim como no diálogo enquanto instrumento privilegiado de superação dos preconceitos que dividem os seres humanos.

Como é de praxe, principiamos com os aportes teológico e científico, uma vez que a interdisciplinaridade tem sido uma das características principais da contribuição de KOINONIA. Seguem-se depoimentos de experiências vividas e sofridas, a partir das quais certamente poderemos construir nossos critérios a respeito dessas questões estratégicas que afetam direta ou indiretamente a todos nós.

Este é o número derradeiro do ano em que comemoramos duas décadas de existência da publicação. Estamos satisfeitos com o que alcançamos: novos projetos editorial e gráfico; o incentivo da Diretoria e do Conselho Editorial; a generosidade dos articulistas; a renovação da equipe; as demonstrações de apoio de leitores e amigos; e sobretudo, a manutenção da Revista como porta-voz das intenções teológica, política e cultural de KOINONIA.

Muito obrigado por tudo e os nossos votos de Paz e Bem para o ano 2000!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

**Q**ueridos amigos da revista TEMPO E PRESENÇA, parabéns pelo trabalho.

Mesmo sem ser assinante da revista faz cinco anos que leio, sempre pedindo emprestada aos amigos.

Vocês são nota 10.

Um forte abraço e sucesso!

*Elisângela Cardoso*

Por e-mail

**P**rezados senhores, estou enviando a cópia do comprovante de depósito a favor de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço; demonstrando o interesse que tenho pela conceituada revista; nesta oportunidade não poderia deixar de renovar em face de ser um leitor assíduo da revista TEMPO E PRESENÇA.

Desde já agradeço a presteza com que conduziram esse meio de Comunicação que é essa bela revista. Parabéns!

*João de Deus Sousa*

Movinhos/MS

**P**rezados amigos, é com grande alegria que volto a fazer parte do grupo de assinantes dessa revista no qual estive por dois anos seguidos.

Estive dando uma olhada na nova diagramação da revista, e ficou ainda melhor; dos conteúdos não há o que reclamar ela continua contando com um excelente grupo de escritores.

Espero, a partir de agora, continuar refletindo o Brasil, com a ajuda esclarecedora de vocês. Parabênizo todos pela excelente homenagem a D. Hélder, nosso querido pastor. Sua memória precisa ser preservada mais do que nunca, pois nos últimos anos a igreja que ele tanto amou tentou apagar sua história em nossa arquidiocese. Eles teimam em nos dizer que de 1964 a 1985 nada de bom aconteceu no Recife, procuram apagar esse período.

Cada vez que escrevemos e falamos de D. Hélder, preservamos a história da construção de uma igreja democrática. Por isso, parabéns!

*Geraldino José de Souza*

Guararapes/PE

**P**ara nós trabalhadores/as o momento econômico é tenso, sem reajuste há aproximadamente 5 anos, lutando para nos manter no emprego, realmente pesa demais na nossa emocionalidade, interfere concretamente no nosso desejo de construir uma esperança, onde sejamos concretamente pessoa humana, filhos/as de Deus: sua imagem natural e espontânea na convivência social.

Agradeço o crédito e também renovo minha assinatura da revista Tempo e Presença, conseqüentemente renovo minha esperança em mulheres e homens que querem fazer acontecer a verdadeira KOINONIA no nosso Brasil e em todo o mundo.

Que o ano 2000 não seja mais um número em nossa vida. Queremos viver uma nova experiência de vida onde a vida humana não seja "qualificada" pela sua capacidade de gerar lucros, mas acolhida e respeitada por ser templo.

Quero que ávida de todos e todas que de alguma maneira ajudam a manter o projeto KOINONIA, seja motivada pelo compromisso de construir: alegria feita esperança, caminhos básicos para se chegar a vislumbrar o Reino.

Feliz tempo novo a todos. Povo de boa vontade que deseja a paz na Terra.

*Lamartine Oscar Veiga*

Bragança Paulista/SP

## ERRATA

Pelo respeito profissional: Quarta capa do número anterior. A ilustração apresentada é de Alberto Roque Gameiro, publicada em *Capitães do Brasil*, de Eduardo Bueno, Editora Objetiva, Coleção *Terra Brasilis III*, 1999.



# Perspectivas ecumênicas — notas conjunturais

Para KOINONIA e muitos de seus parceiros, *ecumenismo* dispensa adjetivos. Isto porque KOINONIA define e trabalha o ecumenismo em caráter tridimensional, ou seja, a nossa concepção de ecumenismo comporta simultaneamente: a unidade dos cristãos; o diálogo inter-religioso; e a unidade com todos aqueles envolvidos na luta em favor da justiça, da paz e da integridade da criação.

De posse da conceituação anterior, as notas que seguem enumeraram alguns aspectos de preocupação com a conjuntura da *oikoumene*.

1. Sabe-se que a lógica inerente às instituições está sempre em conflito com a dinâmica dos movimentos. Assim sendo, as questões de poder e sobrevivência institucional costumam erigir barreiras às aspirações ecumênicas. Em decorrência disso, mesmo articulações do movimento ecumênico internacional via Conselho Mundial de Igrejas (CMI) sofrem sérios prejuízos.

2. A par disso, é oportuno sublinhar que uma das teses centrais do pensamento teológico ecumênico — “o imperativo da unidade”, que se configura como o cerne do movimento ecumênico, não se expressa exclusivamente nas institucionalidades eclesiásticas. Estas, hoje, profundamente preocupadas com sua auto-reprodução, evitam a radicalidade desse pensamento e desse testemunho, tendendo a fragmentar o ecumenismo. Em outras palavras, tendem a reduzir a preocupação ecumênica a uma linha de trabalho entre outras, ou ainda, transformá-la num departamento entre outros, relegando a questão ecumênica a um plano secundário, isto é, fora do âmbito de sua missão e testemunho.

3. No caso brasileiro, o conceito vigente de Missão agrava a situação ainda mais. A proposta de unidade e testemu-

nho comum poderia significar abrir mão do trânsito religioso — o deslocamento dos fiéis de uma igreja para outra —, tomado como sinônimo de conversão. Ora, para a lógica institucional, isso implicaria no abandono da possibilidade de crescimento numérico, isto é, na eliminação do proselitismo como parte integrante da Missão.

4. Neste mesmo caso, deve-se aduzir a problemática em torno dos pentecostalismos. A propósito dessa temática cabe apresentar duas indagações preliminares:

- O que as novas igrejas pentecostais têm a ver com as fórmulas dogmáticas (como justificação pela fé e tantas outras), ou seja, com as tradições da Reforma Protestante e do imperativo da unidade?

- Será que os pentecostalismos precisariam ser “doutrinados” para participar da causa ecumênica?

É oportuno salientar que a prática de muitas igrejas históricas tem sido adotar uma espécie de “pentecostalização”, sem razões alegadas, obviamente, porém, na busca imediatista de relevância social e de crescimento numérico.

5. Pensando em termos mais amplos, é necessário considerar que foi o protestantismo liberal quem forneceu as pautas para o movimento ecumênico em seus primórdios, impulsionando assim o movimento representado pelo CMI a incorporar as grandes questões históricas e humanitárias como critério de avaliação da práxis das igrejas. Na atualidade, é notório o esvaziamento do ideal original do movimento ecumênico, na medida em que as questões históricas (de gênero, do homossexualismo, identidades étnicas, problemas ambientais, redefinições políticas, hegemonia do capitalismo e similares) são

subestimadas, no intuito de se preservar a “unidade” até aqui alcançada.

6. Uma das bandeiras mais caras ao movimento ecumênico — a da luta em prol da justiça, da paz e da integridade da criação — insere-se plenamente no rol dos grandes desafios do momento histórico. Porém, em termos internacionais, essa dimensão foi alocada no âmbito das chamadas Agências Ecumênicas de Cooperação. No entanto, essas agências, pressionadas pelos governos e pela lógica neoliberal, têm praticamente reduzido seus programas na direção do “combate à pobreza”, ou seja, a projetos que lidam apenas e tão somente com os efeitos e resultados da economia globalizada e excludente.

7. Nesse quadro, o diálogo inter-religioso, a despeito de uma difusa expectativa social, tem diante de si obstáculos monumentais, em face da “guerra santa” a todo vapor no campo religioso, sobretudo em virtude da subordinação das religiões à lógica da competição empresarial.

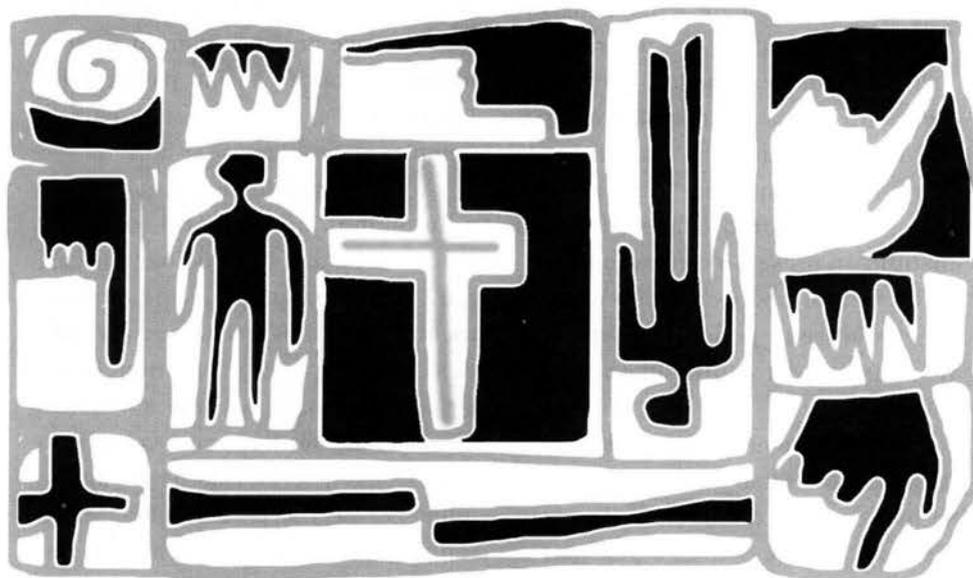
Não se trata de notas “animadoras”, mas o que se deve observar é que elas dizem respeito a um campo eivado de contradições como também de experiências com pouca visibilidade. Existem experiências ecumênicas que se encontram num regime de “diáspora”, a serem identificadas e recuperadas.

Por isso mesmo, sob o signo da esperança e do refazimento do sonho ecumênico, é que KOINONIA pretende engajar-se numa iniciativa comum a todos os que amam o ecumenismo: convocar a II JORNADA ECUMÊNICA, em 2001. Sintam-se convidados. ☺

# Ação cristã pela democracia, e tolerância

Francisco Catão

A distinção delicada entre paradoxos como autoridade sacral e democracia, assim como entre poder político e dogmatismos, recebe um tratamento excepcional neste escrito. E nos faz repensar quase triunfalmente uma sociedade alentada pelo Espírito e, em decorrência, democrática e tolerante. Um ensaio sobre a teologia do político



Martha Braga

A sociedade atual, a conjuntura ampla que atravessamos no Brasil propõem um problema para a Igreja e realmente quando refletimos sobre a transformação da Igreja, falo mais diretamente da Igreja Católica. Quando assistimos à transformação da Igreja provocada pela necessidade de responder cristãmente à conjuntura política, percebemos que aí se apresenta um problema extremamente grave.

Por que convidar um teólogo para discorrer sobre tema eminentemente político? A que justificativa poderia ele recorrer para aceitar tal convite? Não estaríamos violando o princípio da laicidade do Estado? O próprio Presidente não recomendou recentemente aos bispos que cuidassem da Igreja e de seus problemas religiosos, deixando ao Estado leigo a responsa-

bilidade sobre os problemas políticos e econômicos?

Sabemos quanto, no Oriente e no Ocidente, como o demonstra nossa própria história, nestes seus quinhentos anos, tem sido desastrosa a perpetuação de uma atitude religiosa monopolista de cristandade, sustentada pela ortodoxia dogmática de uma teologia erigida em saber supremo, que deu lugar a tantos abusos, desde o cesaropapismo e da indevida universalização do poder papal, até quase os dias de hoje, passando pela Inquisição, pelas guerras de religião e pelas inúmeras formas de repressão ideológica e religiosa, de que hoje a própria Roma se penitência, resgatando a memória de grandes pioneiros da ciência e não menores líderes religiosos.

No entanto, apesar do exemplo

apolítico de Jesus ter sempre constituído um questionamento jamais inteiramente satisfeito, admitimos todos, até hoje, que os cristãos não podem se desinteressar da política. Se não mais recorreremos à universalidade do poder, espiritual e temporal, continuamos a argumentar politicamente a partir do Evangelho. Até mesmo como sinal de autenticidade cristã, insistimos na missão da Igreja de transformar a sociedade segundo o projeto de Deus, ora aliada aos responsáveis pelos destinos do mundo, ora advogada dos que não têm nem voz nem vez, mas sempre como organização ou instituição presente e atuante na história. Embora não sendo do mundo, os cristãos não podem deixar de se responsabilizar politicamente pelo mundo.

Ora, argumentar a partir do Evangelho é fazer teologia, que outra coisa não é senão o exercício da razão no interior da fé, isto é, o pensamento humano inculturado, sustentado pela fé, levando até as últimas, as exigências do saber próprio de cada época da história, ao mesmo tempo que traduzindo, em linguagem acessível à razão, tudo que a Palavra de Deus nos deu a conhecer de sua ação no mundo e de si mesmo. Mas não seria abusar da fé, tomar o nome de Deus em vão, recorrer a argumentos teológicos, para resolver questões que se nos apresentam na esfera política, tais como democracia e tolerância? Não estaríamos solicitando o pensamento cristão a extrapolar sua esfera de competência, da mesma forma que se pretendeu encontrar na Revelação respostas adequadas às questões científicas?

#### **DEMOCRACIA E TOLERÂNCIA: UMA QUESTÃO TEOLÓGICA?**

É arriscado abrir a Bíblia em busca de solução para nossos problemas polí-

ticos. No século passado, a idéia de que as questões da origem e evolução do mundo e da espécie humana, mostradas pela ciência, estivessem resolvidas na Bíblia, deu no fundamentalismo. Hoje em dia dificilmente dele se escapa, quando se busca na Bíblia solução para os atuais problemas sociais, políticos ou econômicos. São fundamentalistas ou tradicionalistas todos os que crêem encontrar no texto sagrado ou no ensino passado das igrejas cristãs, soluções feitas, para os complexos problemas de hoje.

A teologia política, reconhecendo a autonomia do temporal, recorreu então às mediações socioanalíticas, para desideologizar os posicionamentos políticos cristãos, salvando dessa forma, a transcendência do Criador, bem assim como a vocação espiritual do ser humano à comunhão com Deus, a ser vivida desde agora, numa perspectiva escatológica. Mas o indispensável esclarecimento epistemológico, tendo que enfrentar a inércia da concepção sacral da sociedade, baseada na responsabilidade temporal da estrutura e do poder eclesiais, acabou recentrando no político as próprias exigências evangélicas, como se pode observar, por exemplo, na coloração política atribuída à opção preferencial pelos pobres, que ocupa lugar destacado no discurso eclesial latino-americano, freqüentemente na contramão da inquietação religiosa do povo.

Estamos ainda longe de perceber os desarranjos causados na ação pastoral da Igreja por esse engessamento político do Evangelho. Mas já se tornou evidente que é preciso mudar de rumo. Esposa-se ora a bandeira dos direitos humanos e da ética, ora a satisfação das necessidades emocionais do povo, que sempre quis encontrar na religião uma válvula de escape, um ópio, dizia-se outrora, mais do que

uma inspiração transformadora da própria existência e de sua vida social.

Estes preferem agir a pensar, contentando-se com a formatação antiga das verdades da fé, erigidas em dogmas imutáveis. Aqueles, apelando para a ética, recolocam em novo diapásão, as aporias clássicas de como conciliar com a opção visceral pela liberdade, núcleo de todo humanismo, sobretudo cristão, com a idéia de lei, quer personalizada, expressão da vontade do Criador, quer objetivada, como exigência intrínseca da natureza, tendo sido baldadas as tentativas de fugir ao problema recorrendo ao puro dever, à obrigação, a um qualquer imperativo categórico.

Na modernidade, com efeito, é impossível aceitar qualquer limite extrínseco à liberdade, sem violar, na raiz, a grandeza e a dignidade do ser humano. Tanto a ética da lei quanto a do dever recendem autoritarismo, revelando-se mais cedo ou mais tarde, incompatíveis com a democracia. Compreende-se por que o pensamento político religioso em geral, sempre teve dificuldade em se articular com a democracia, refugiando-se ora na cuidadosa separação entre religião e ordem pública, ora impondo a esta, em nome de Deus, estruturas e medidas ditadas por princípios absolutos, nada democráticos.

Somente neste século, pelo menos no âmbito do pensamento político católico, que me é mais familiar, verificaram-se tentativas, aliás nem sempre bem sucedidas, de conciliar verdadeira e objetivamente, o cristianismo com a democracia moderna, despindo o primeiro de sua roupagem clerical e autoritária, e a segunda dos postulados racionalistas e laicos a que estava vinculada desde suas origens ocidentais.

Todavia, do ponto de vista teológico, nos é hoje cada vez mais claro

que a tensão cristianismo e democracia, antes de ser colocada no nível que chamaríamos de eclesiológico, isto é, na perspectiva da conciliação entre o regime da comunidade cristã e o regime da sociedade leiga e pluralista em que se vive, precisa ser resolvida num nível mais profundo, antropológico, se quisermos, de percepção e valorização da continuidade existente entre a vocação do ser humano como tal, pessoal e social, e sua vocação definitiva à comunhão com Deus, antecipada na comunhão da humanidade fiel peregrinante no Espírito, a que denominamos Igreja.

### AS BASES ANTROPOLÓGICAS DA DEMOCRACIA E DA TOLERÂNCIA

Do ponto de vista teológico, a reflexão cristã sobre a democracia requer, antes de tudo, a percepção de quem é o ser humano empenhado na história, pois somente em função da vocação humana, com base na criação, se pode perceber o alcance evangélico da exigência de tolerância.

A pedagogia divina inscrita na história do povo eleito, embora tenha comportado a valorização constante da comunidade constituída em vista da salvação de toda a humanidade, realidade central que só se fez acentuar com a vinda de Jesus e a herança que deixou aos seus, nunca se mostrou propriamente democrática, no sentido moderno do termo. Constituiria, aliás, um tal anacronismo do ponto de vista psicossocial e cultural, que só viria depor contra a historicidade dos textos.

Assim sendo, o teólogo, nos dias de hoje, sente necessidade de ir buscar mais fundo, na natureza mesma do desígnio de Deus, manifestado na Bíblia, os fundamentos para a teologia da democracia. Essa busca é pois, primordialmente, de natureza antropológica, dada a originalidade com que se

### DEMOCRACIA E TOLERÂNCIA

Não se pode fazer evidentemente teologia sem trabalhar com conceitos bem elaborados. Entendo por democracia, uma sociedade em que o poder parte dos cidadãos (no Estado), o poder parte dos fiéis (na Igreja). A Igreja e o Estado pecam por autoritarismo quando pensam um poder que vem do alto, o poder que vem de cima. O poder parte de baixo. Ora, dentro desse conceito de democracia, você só pode trabalhar teologicamente a partir do Espírito Santo. Todos os organismos de exercício do ministério, do serviço na Igreja têm que ter uma base participativa ou colegiada, porque a comunidade fundada por Jesus no Espírito Santo é essencialmente democrática. O conceito de tolerância é quase necessário numa sociedade democrática porque designa a meu ver, do ponto de vista analógico, a qualidade da relação com o outro. Eu não posso impor ao outro as minhas idéias, não posso delimitar um terreno que é meu em face do terreno do outro. O que é importante é que no exercício da minha vida pessoal e da minha cidadania, da minha vida social, eu trabalho com o respeito, com o apreço, com a consideração e para falar em termos cristãos, com o amor do outro. E esse conceito é profundamente cristão porque nós sabemos que quando dois ou três se reúnem, Jesus está no meio deles. E quem diz que ama a Deus e não ama seu irmão, é um mentiroso.

focalizam os seres criados à imagem e semelhança do Criador.

O ser humano não é naturalmente tolerante. Suas origens o comprovam. Como todo ser animal, tem que lutar pela sua subsistência e garantir a perpetuidade da espécie, o que o coloca, dadas as características da matéria, numa posição de confronto com todos os outros indivíduos, famílias ou clãs que com ele não dividem os elementos materiais do convívio, o ali-

mento e os regimes de reprodução, o parentesco.

Num texto de grande lucidez, Umberto Eco mostra que a intolerância está na raiz de todo fundamentalismo, integrismo, nazismo e fascismo, de todo autoritarismo, poderíamos acrescentar. “A intolerância” — diz textualmente — “tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emotivas muitas vezes superficiais — não suportamos os que são diferentes de nós, porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, porque se fazem tatuar... Ela é natural na criança, tanto quanto o instinto de se apossar de tudo quanto deseja (...) Não são as doutrinas da diferença (como o racismo) que produzem a intolerância selvagem: ao contrário, estas desfrutam de um fundo de intolerância difusa preexistente.” (*Cinco escritos morais*)

Essas “raízes biológicas”, que formam esse “fundo de intolerância difusa”, fazendo parte de nossa condição histórica, só podem ser sanadas, salvas, na linguagem teológica, na medida em que o ser humano consente no reconhecimento do outro e se realiza na sua vocação à comunhão, inscrita radicalmente no seu ser, mas que só se pode efetivar por graça, quando diz sim ao chamado de Deus, quando crê, na linguagem teológica, como aconteceu com Abraão, tornado por isso, graças ao dom de Deus, cabeça da humanidade fiel.

Os cristãos consideramos que o paradigma abraâmico, com a promessa irrevogável que lhe foi feita, porque acreditou, realiza-se plenamente, e se torna de certo modo patente e universal, em Jesus de Nazaré, nascido do Espírito Santo, em continuidade com a fé fecunda de Maria —

“bem aventurada porque acreditaste...” — alimentando-se até o fim da vontade do Pai, constituído na plenitude do Espírito na ressurreição, irradiando a salvação para toda a humanidade.

A salvação é assim o cumprimento da Aliança, que consiste essencialmente, na qualidade da relação com o outro, é feita de respeito ativo do outro como outro, na sua diferença, de tolerância, portanto — a tolerância do diferente que brilha nos gestos e nas palavras de Jesus — tornando consistente e possível a democracia, expressão política da liberdade, da igualdade e da fraternidade entre todos os homens e mulheres, entre todos os povos e nações. Em outras palavras, podemos dizer que as raízes da tolerância e da democracia se encontram no ser humano salvo por Deus, como o deixou claro a missão de seu Filho Jesus.

## **TOLERÂNCIA, DEMOCRACIA E ESPÍRITO**

Democracia e tolerância, todos hoje o reconhecem, são valores humanos, expressões sociais e políticas do que no ser humano há de mais precioso e de mais caro: a liberdade. O ser humano só se posiciona humanamente em relação ao outro quando o acolhe livremente em comunhão e com ele compartilha a vida, com todos os seus bens, na solidariedade. À teologia cristã, vinculada às expressões do cristianismo forjadas em modelos autoritários de sociedade e de regimes políticos, custou reconhecer isso. Embora sempre tenha valorizado a liberdade, tendeu também sempre a encará-la, mais nos limites a que está sujeita, como liberdade, sempre ameaçada por suas raízes naturais, servo arbítrio, do que nas suas possibilidades infinitas de amor, que só se podem realizar pelo dom de Deus, quan-

do se deixa penetrar inteiramente pelo Espírito, que habitou em plenitude a humanidade de Jesus e de que são testemunhas suas ações e suas palavras.

O que hoje é possível e até necessário compreendermos, como cristãos, é que o Espírito que nos é dado e transforma interiormente nosso coração, torna-nos efetivamente livres. Esse Espírito de liberdade está enraizado no ser humano, humanizado de forma diversa, mas em grau não menor do que a humanização paradigmática do Verbo em Jesus, sempre, pois, em continuidade com Jesus. Ele não só é compatível com a tolerância e a democracia no que têm de mais absoluto, como bem o compreenderam os modernos, mas é um suplemento inefável, que coroa esses dois preciosos valores políticos e lhes confere uma dimensão de transcendência, que os torna expressão derradeira e mais perfeita do que há de mais alto, na vida pessoal e social do ser humano.

Democracia e tolerância não se impõem como lei. Muito menos como dever ou exigência moral, sem o que o ser humano deixaria de ser humano. Impõem-se como a expressão mais perfeita da humanidade realizada, nas pessoas e na sociedade, pois são valores de uma humanidade espiritualizada. Somente no Espírito o ser humano se pode tornar o que é chamado a ser.

Na IVª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (Upsala, 1968, ano tão significativo), foi proclamado um famoso texto sobre o papel do Espírito Santo em todos os aspectos do mistério cristão: o Espírito tudo penetra por estar na Trindade entre o Pai e o Filho, entre Aquele de quem provêm todas as coisas e Aquele por quem todas as coisas foram feitas e salvas. Diz o texto:

*O Espírito está entre o Pai e o Filho. Mas também entre nós e o Pai, pois sem o Espírito, Deus seria alguém muito distante, ao passo que no Espírito, é Pai.*

*O Espírito está entre nós e Jesus, pois sem o Espírito, Jesus seria alguém do passado, ao passo que no Espírito é o Ressuscitado Presente.*

*O Espírito está entre nós e o Evangelho, pois sem o Espírito, o Evangelho é letra morta, ao passo que no Espírito, é poder e vida.*

*O Espírito está entre nós e a Igreja, pois sem o Espírito, a Igreja seria simples organização, ao passo que no Espírito, é comunhão trinitária.*

*O Espírito está entre nós e a autoridade, pois sem o Espírito, a autoridade seria autoritarismo, ao passo que no Espírito, é serviço libertador.*

*O Espírito está entre nós e a missão, pois sem o Espírito a missão seria puro marketing, ao passo que no Espírito, é Pentecostes.*

*O Espírito está entre nós e o culto, pois sem o Espírito, o culto seria pura evocação, ao passo que no Espírito, é memorial e antecipação.*

*O Espírito está entre nós e nossa existência, pois sem o Espírito, o agir cristão se tornaria uma moral de escravos, ao passo que no Espírito, é agir humano divinizado.*

*O Espírito está entre nós e o mundo, pois sem o Espírito o mundo seria caos desordenado ou beleza ilusória, ao passo que no Espírito caminha para a eternidade, em dores de parto.*

O texto contém uma proposta global de reformulação da teologia cristã, cuja repercussão na esfera política não pode ser desconhecida. Até agora os teólogos têm tratado da democracia e da tolerância numa perspectiva estrutural, quer fundada na autonomia do ser humano chamado à

liberdade e emancipado de todas as dominações, inclusive religiosas, quer radicada na sua dignidade única, como criado à imagem e semelhança de Deus. Diante da modernidade, que assumiu a bandeira da emancipação, os cristãos reencontraram na sua tradição, a dignidade do ser humano, como fermento cristão da democracia, banida mesmo quanto ao nome, do vocabulário cristão católico, até há pouco mais de um século. Dentro dessa ótica formularam-se, tanto os ensinamentos sociais da Igreja como as mais difundidas teologias da libertação.

No entanto, se quisermos hoje, como teólogos, buscar na fé, uma compreensão da democracia e da tolerância, como fenômenos antropológicos incontornáveis do nosso tempo, é preciso redescobrir o lugar central que deve ocupar o Espírito, em toda visão cristã da sociedade e do mundo, lugar análogo ao que ocupava na vida de Jesus e das comunidades neotestamentárias, paradigmas indiscutíveis de toda cosmologia cristã. Este é, sem dúvida, o grande desafio teológico, quando se trata de temas como democracia e tolerância. Desafio tanto maior quanto, na nossa tradição teológica, pelo menos ocidental, romana ou reformada, temos buscado construir nossa concepção da sociedade calcada no que denominamos os princípios evangélicos, mas que, na realidade, são antes princípios de uma teoria social do que inspiradores de uma atitude de vida de doação de compromisso com a multidão, que ainda hoje procura seguir o itinerário da Palavra, como seguia Jesus, em seu tempo.

Deficiência teológica tanto mais grave, quanto o pensamento contemporâneo vem compreendendo, já há décadas, a necessidade de reformular a antropologia em termos fenomenológicos e existenciais e de buscar os fundamentos da sociedade, do direito

## **Sem o Espírito, tolerância e democracia seriam a dissolução dos valores humanos e da autoridade, ao passo que no Espírito, democracia e tolerância são o clima indispensável ao pleno desabrochar do ser humano, pessoal e social**

e da política, muito além do contrato social, mas ao mesmo tempo, por certo, aquém da natureza, na facticidade da existência contingente do ser humano e da própria sociedade, que se consolida e se estrutura na densidade das relações interpessoais, através das quais se constroem as instituições e o direito, fruto do interagir pessoal e comunicativo.

Nessa linha, seria preciso relembrar toda uma plêiade de pensadores deste século e meio, começando talvez com Kierkegaard e com Husserl, passando certamente por Nietzsche, por Heidegger e por Sartre, pelos frankfurtianos e por Lévinas, para chegar até Habermas, que proporcionam todos, cada um a seu modo, instrumentos racionais indispensáveis à reformulação da teologia cristã do político.

Refletindo sobre as diversas situações que se verificam na história das relações entre razão e fé, João Paulo II lembrou ultimamente que o cristão, mesmo sem ser teólogo, não pode pensar desvinculado da fé, mas precisa integrar no seu pensamento filosófico, social e político, portanto, o aporte cultural de sua época e articular com o mistério revelado na fé, o trabalho racional de compreensão e de transformação do mundo. (Encíclica *Fides et Ratio*)

A valorização da existência, da condição interpessoal do ser humano

e do agir comunicativo, no mistério revelado da fé, deve-se à ação do Espírito na história, reflexo do papel que desempenha em Deus, como procedente do Pai. O Espírito é amor recíproco do Pai e do Filho, a ponto de formar com ambos uma Trindade santa, que dizemos ser de três pessoas, mas que na realidade também pode ser compreendida como um Agir Comunicativo Subsistente, pois a realidade d'Aquele que é não está contida em nossos conceitos e só pode ser designada a partir de nossas experiências humanas significativas. Quem sabe essa realidade, a que todos chamamos Deus, não é mais bem designada hoje pelo agir comunicativo das diferentes pessoas e culturas, que vivem num clima de democracia e tolerância?

Concluir-se-ia que somente no Espírito se pode manifestar a densidade cristã da tolerância e da democracia. O agir interpessoal e comunicativo evoca a seu modo o Espírito, confere ao Espírito um lugar central na institucionalização das sociedades humanas, que se irão tornando assim visceralmente democráticas e tolerantes, na medida em que se deixarem influenciar e alimentar pelo Espírito de Deus e do Evangelho. Mas não podemos aqui senão acenar para todas essas questões, que instauram um verdadeiro processo de transformação social e pessoal, mas, por hoje, ficam em aberto, para ser talvez debatidas. Diremos apenas, parafraseando Upsala, que o Espírito está entre nós e a tolerância/democracia, pois sem o Espírito, tolerância e democracia seriam a dissolução dos valores humanos e da autoridade, ao passo que no Espírito, democracia e tolerância são o clima indispensável ao pleno desabrochar do ser humano, pessoal e social. 

Francisco Catão, doutor em Teologia e professor de Teologia do Instituto Pio XI, SP.

# Árvores, casas

Ordep Serra

Um painel com dois quadros contrapostos: a democracia hipócrita na qual estamos metidos, "macaqueada" pelo pensamento único; a experiência de um reino da África ocidental que se planta no Brasil: parece desistirem de sua identidade étnica e se abrem ecumenicamente, tolerantes e democratas

O tema "democracia e tolerância" é bastante complexo; logo, escolhi começar por uma reflexão sobre a circunstância em que nos encontramos — circunstância esta que me parece extraordinária e especialmente grave. Muitos dos leitores deste texto atravessaram combativamente um duro período de negação completa da democracia e de ditadura rude e violenta e sabem o que é lutar contra uma ditadura feroz, estúpida. Em todo caso, acabado este período de ditadura nós não podemos dizer seriamente no Brasil que estamos em presença da democracia e há um sentimento muito sério de que a presente circunstância traz uma negação talvez mais cruel ainda da democracia. No momento é "macaqueada" violentamente no Brasil, quase levada ao ridículo por um comportamento absurdo dos poderes públicos que se empenham na negação justamente do público, por um esmagamento cínico de direitos civis e direitos do cidadão. Essa "macaqueada" corrompe a linguagem da democracia a ponto de estarmos diante do desafio de reinventá-la, tentar recriar a idéia de democracia de uma maneira corajosa.

## NOSSO FUTURO SE CHAMA DESVENTURA

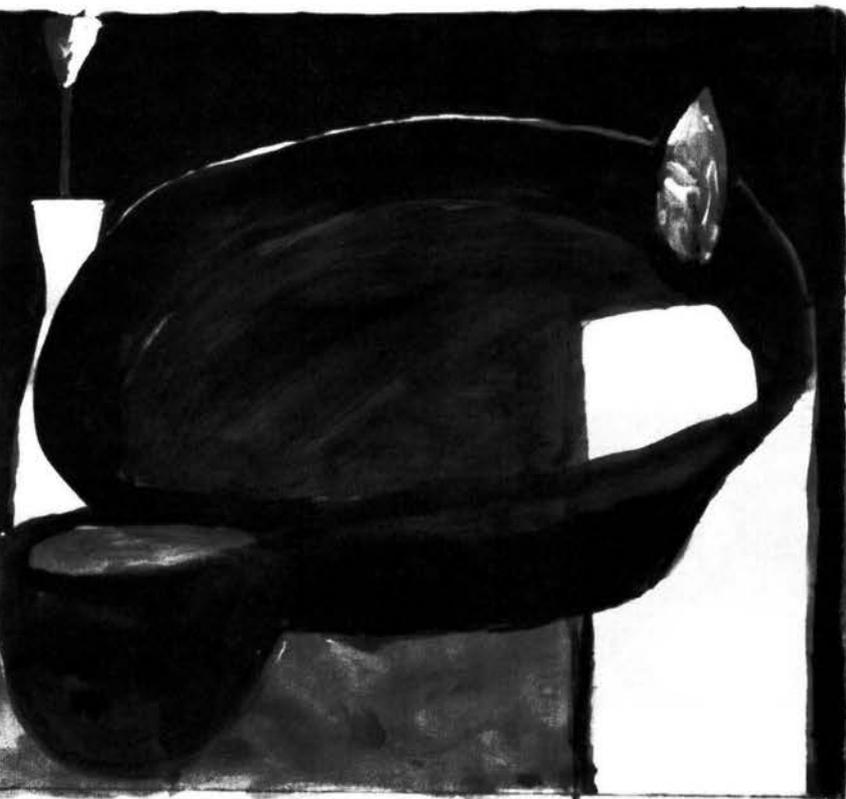
Estamos num País em que o Executivo é o maior legislador; um País cujo Congresso é de "vacas de presépio"; um país em que temos as instituições da Justiça incrivelmente corrompidas;

um país em que a execrável e brutal concentração de renda leva à miséria ou faz permanecer nela a maior parte da população; um país em que mulheres, crianças, velhos, cidadãos em geral não são respeitados e têm que agüentar o cinismo dos que produzem essa situação e falam da democracia. Sendo assim, é preciso apelar para a mesma combatividade que vimos na luta direta contra a ditadura declarada e violenta. Portanto, antes de mais nada, é necessário rasgar máscaras, colocar as coisas em pratos limpos, pois nós não podemos compactuar com uma alegação de democracia, uma alegação de tolerância que ao mesmo tempo acompanha a difusão de um pensamento único tremendamente injusto e redutor. Esta reflexão não nos deve levar ao desânimo, mas, pelo contrário, ao combate, a reacender essa luta que todos vimos travando.

Eu me permito citar o sociólogo presidente, que recentemente lançou um mote, um dos mais infelizes, ao dizer que o Brasil era um país do futuro, mas que agora o futuro chegou. Ora, é preciso muito cinismo para dizer à multidão de desempregados, aos miseráveis que o futuro chegou, que o futuro é isso que está aí. Além do mais, é preciso muita irreflexão, é preciso ter perdido o sentido da linguagem, porque para falar em português que o futuro chegou basta uma palavra. Temos uma palavra em nossa língua que diz isso, diz que o futuro chegou: "desven-

# e pedras

## se multiplicam



Marta Strauch

tura". Quem afirma que o futuro chegou, em nosso contexto, blasfema contra a idéia da democracia.

Entendo que democracia e tolerância têm que ser criativas, têm que ser expressões de força. A tolerância não significa uma resignação silenciosa diante da existência de outras vozes, mas tem que ser um diálogo criativo. Ela deve ser às vezes até agressiva, pois precisa valer-se de todos os meios para fazer com que a voz do meu irmão, que pensa de outro modo, chegue até mim.

### DE ESMAGADOS A CONQUISTADORES

Gostaria de fazer agora uma reflexão sobre a casa religiosa à qual pertencço, o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, que foi criado há mais de duzentos anos na Bahia por negros vindos escravizados de África, na sua maioria gente da Costa Ocidental da África, que ali se reuniram. E tomaram uma decisão muito interessante e vou me inspirar neles para pensar sobre esse tema que me foi proposto.

Ainda guardamos alguns poemas

que eles fizeram celebrando a chegada aqui e há algo de espantoso nesses pronunciamentos. Dessas pessoas que, afinal de contas, foram exiladas, escravizadas, trazidas à força, esperava-se uma linguagem de esmagamento, de reconhecimento de uma condição miserável. Mas, ao contrário, eles se descrevem a si mesmos como conquistadores; como quem chega para conquistar e acreditam que vão realizar uma conquista de liberdade, e que vieram para tomar esta terra.

Quem fundou a Casa Branca do Engenho Velho foi uma princesa chamada Iyá Nassô, que acreditava ser uma conquistadora e não se via como escrava. Ela fez uma coisa muito estranha, plantou uma casa. Por que é que eu digo plantou uma casa? Porque essa é a lógica da religião de Iyá Nassô, uma casa é plantada, ela tem um Axé. O Axé é uma coisa que se planta. Pode ser uma pedra. Para quem cultiva essa religião, esse sonho religioso, pedras dão frutos, pedras são férteis, frutificam, crescem. São capazes de parir, crescem e são capazes de proliferar, frutificam.

Por outro lado, nos relatos conservados pela Casa sobre a tradição da origem da Casa Branca, há uma coisa que nos deixa muito espantados. Os mesmos fundadores pensavam que a Casa era uma árvore. Entrava-se no Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho pelo oco de uma árvore. Era gente que era capaz de pensar uma

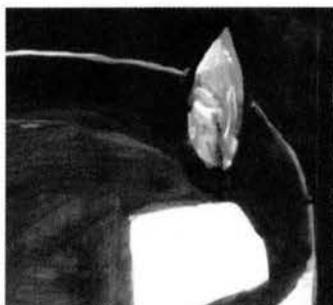
casa como uma árvore e pensar que pedras frutificam — e talvez por essa coragem poética, eles foram capazes de pensar também que eram conquistadores e não eram escravos, que eram portadores de liberdade.

É igualmente impressionante que um reino da África Ocidental plante-se aqui no Brasil e há um momento extraordinário em que eles parecem desistir da afirmação exclusiva de sua identidade étnica. Eles abrem as portas de sua casa já não para todos os descendentes dos Nagô, já não para todos os negros vindos de África, os seus filhos e os seus descendentes, mas para todos os de Angola, para quem quer que se iniciasse lá, para os mestiços e para os brancos, para todos. Foi tomada uma decisão ecumênica — decisão esta, aliás, que nunca vi referida em nenhum livro sobre o ecumenismo.

#### CONQUISTA DA TERRA PARA TODOS

Foram precursores esses homens e mulheres que se acreditavam conquistadores da terra mas que acreditavam também que era preciso abrir as portas para todos, e o fizeram, numa sociedade onde havia religião oficial, onde havia imposição de crença, imposição de opiniões, eles fizeram uma pregação de tolerância e da mais profunda tolerância. Plantaram uma religião que reconhece a grandeza de todas as outras, com um argumento maravilhoso que me deu expressamente

**“Isso tudo é bobagem, porque Deus não tem religião e não precisa — nós precisamos. Nós inventamos um jeito de chegar até ele, cada um vai pelo caminho que prefere, que acha melhor, mas ele não tem religião porque não precisa” (Mãe Estela)**



a atual ialorixá do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, Mãe Estela. Conversávamos sobre as muitas religiões que há, brigas entre elas, e ela fez este comentário muito rápido: “Isso tudo é bobagem, porque Deus não tem religião e não precisa — nós precisamos. Nós inventamos um jeito de chegar até ele, cada um vai pelo caminho que prefere, que acha melhor mas ele não tem religião porque não precisa”.

Acho que essa gente da casa de onde vim teve a coragem de afirmar um sonho, um sonho de liberdade, falando uma linguagem extremamente rica de valores, extremamente poética

e que os levava ao limiar da confusão. Imaginem uma gente que diz que pedra frutifica e que uma casa é uma árvore e coisas desse tipo e que, chegando escravizados a uma cidade hostil, disseram ter chegado para tomar conta dela, para conquistá-la e que não podem ser capturados.

Creio que é uma inspiração para falar neste momento de tolerância e de democracia. Talvez devamos nos inspirar nessas pessoas para começar negando a “macaqueira” de democracia a que assistimos hoje, que se transformou, na verdade, numa cleptocracia. Temos os interesses públicos amesquinados, reduzidos, os órgãos públicos veículos de trapaça, numa trapaça cruel que enriquece os mais ricos e expande a miséria. Isso é democracia? Onde? Democracia que se multiplica como peste, como fome, como opressão, como injustiça, como desgraça do Brasil. Esse estúpido neoliberalismo que aparentemente triunfa no mundo. É preciso atacá-lo com todas as forças partindo da convicção de que nós somos capazes de sonhar com democracia e com tolerância. Nós é que somos mais fortes — eles são fracos porque não sabem que pedras frutificam e que casas são árvores. 

Ordep Serra, doutor em Antropologia e colaborador de KOINONIA.

# Por uma sociedade democrática

Aurélio Vianna

Os processos democráticos em curso no mundo atual, no contexto da globalização, sublinham aspectos e fatos interessantes. São parte de agendas internas capazes de intervir na agenda de instituições internacionais, e frutos da ação da sociedade civil

No período pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve um papel fundamental. Várias das conferências da ONU são importantíssimas para a disseminação dos valores relacionados com direitos humanos: a questão ambiental, de gênero, e correlatas da mais alta relevância. Foram conferências e ciclos de conferências sobre esses assuntos tidos na conta de valores universais.

Tomando como exemplo recente, verifiquemos a ECO-92. Foi um momento-chave, mas também um momento de otimismo exacerbado por

parte das organizações não-governamentais (ONGs). Ao lado de outros atores importantes no plano planetário, pudemos perceber que não éramos tão fortes quanto gostaríamos naquele momento, porquanto as nossas articulações e a nossa forma de atuar como sociedade civil planetária era bastante frágil. Por sinal, muito mais frágeis do que as articulações governamentais ou empresariais que efetivamente fazem e dominam o processo de globalização no mundo hoje.

## UM VELHO-NOVO MOMENTO

Diante disso, o que gostaríamos de assinalar é que somos mais fracos do que imaginamos, haja vista que a nossa intervenção no mundo, deixou de levar em conta a dimensão nacional. Isto merece uma considerável revisão. Ou seja, num determinado momento, embarcamos como sociedade civil, olhando para o planeta e para esses valores, considerando que talvez fôssemos suficientemente fortes para que esse espaço denominado Estado nacional não fosse merecedor de nossa atuação. Consideramos que outros espaços fossem mais interessantes e mais ricos porque estaríamos vivendo um novo momento.

O momento atual talvez seja propício para uma revisão. Faz-se necessário pensar nos processos de democratização das instituições internacionais ou planetárias que existem. Ou seja, resta-nos a tarefa de enfrentar a falta de democracia nos vários países,

nas instituições planetárias, bem como em nosso próprio país.

A título de exemplo, pensemos nas instituições criadas no pós-guerra e que regulam, ou que tentam regular, o processo de globalização. Elas são extremamente antidemocráticas! Consideremos o sistema ONU: cada país um voto. Somente que a cada país um voto como uma instância de poder.

Temos, na Assembléia Geral da ONU, o Conselho de Segurança, no qual alguns países têm mais direitos e poderes que outros. E é esse Conselho de Segurança que efetivamente dita as diretrizes políticas e de atuação da Organização.

Por outro lado, os países membros da ONU, países do Sul, como o Brasil e outros, não reclamam maior democratização desses mecanismos internos de poder com vistas a uma maior participação. As demandas que apresentam se restringem à mera inserção nessa instância. Há bem pouco tempo assistimos a uma disputa política entre o Brasil e Argentina, tentando fazer parte do Conselho de Segurança.

Parece que a intenção desses países é apenas ganhar algumas benesses dos países hegemônicos. Não se inscrevem na agenda dos países do Sul as gestões no sentido da democratização desse organismo internacional, que reuniria todas as condições para ser o maior promotor dos valores universais diante do processo de globalização.

## INSTITUIÇÕES NÃO DEMOCRÁTICAS

Por outro lado, na mesma linha, vemos também que nas instituições advindas do acordo de Breton Woods, ou seja, as instituições financeiras planetárias como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, podemos constatar a carência de democracia em seus respectivos sistemas internos de poder. O que vemos é um sistema no qual tem mais poder quem tem mais dinheiro para depositar nessas instituições. Em outras palavras, quanto mais ações do FMI um país possui maior o peso do seu voto.

Esses exemplos servem para ilustrar a condição da sociedade civil diante dessas instituições. A sociedade civil tenta atuar, mas a sua atuação, como dissemos anteriormente, é frágil, porque no plano das organizações internacionais as diferenças entre a riqueza dos países do Hemisfério Norte e a pobreza dos países do Hemisfério Sul interferem decisivamente.

Assim, do mesmo modo que verificamos a hegemonia dos países do Norte nessas instituições, verifica-se também nas articulações internacionais ou planetárias que tentam atuar ante essas instituições, uma hegemonia dos países do Norte, capazes de impor a agenda. Em se tratando de organizações que atuam como mediadoras entre sociedade civil do Norte e sociedade civil do Sul, a nossa atuação tem uma relevância ainda maior,

porque nós devemos pensar e nós devemos tentar influir na agenda dessas organizações da sociedade civil. Diante disso podemos verificar que tanto para atuar nas organizações da sociedade civil, como nas instituições internacionais, como o sistema ONU e o de Breton Woods, é cada vez mais importante que atuemos em nosso país.

A atuação no plano nacional e com uma agenda clara é importantíssima para se visualizar uma intervenção internacional. Isso se torna cada vez mais relevante porque se não temos uma agenda clara da nossa sociedade civil, elaborada a partir de questões que são nacionais, locais, e regionais, não reunimos condições para atender ao diálogo que a cooperação internacional requer.

Cabe uma indagação: Por que a sociedade civil de vários países do Norte consegue atuar e ter uma agenda própria para influenciar vários desses sistemas internacionais ou atuar planetariamente? Em razão do fato de terem acumulado forças em suas res-

pectivas sociedades, em seus países de origem, e quanto mais força acumulam internamente, tanto mais conseguem atuar mais e melhor fora. Nesta altura, gostaria de tecer alguns comentários a respeito do que estaria ocorrendo no Brasil e que tem ligação direta com o plano internacional, e que desafia as organizações da sociedade civil.

## CONSTITUIÇÃO SEM CONSTITUIÇÃO

Temos uma Constituição com onze anos, uma Constituição que foi considerada por muitos como bastante interessante. O interessante é que antes mesmo da Constituição estar toda ela regulamentada, estamos alterando essa Constituição dia a dia. O que isso significa? Entre outras coisas, que falta um processo mais claro de institucionalização.

Quando atentamos para a agenda política apresentada pelo Executivo ao Congresso, o que está em pauta é basicamente uma agenda de partidos, isto é, a da convivência de micropar-



Conselho de Segurança: a verdadeira instância de poder das Nações Unidas

## Não se inscrevem na agenda dos países do Sul as gestões no sentido da democratização do organismo internacional, que reuniria todas as condições para ser o maior promotor dos valores universais diante do processo de globalização

tidos com os médios e os grandes partidos políticos. Na agenda política não entra, por exemplo, a relação entre os poderes. Este assunto não é óbvio, e nem se trata de uma questão de parlamentarismo ou de presidencialismo.

Essa relação entre poderes, no caso do Brasil, até por efeitos da ditadura, é extremamente desigual. Nem mesmo a Constituição trata satisfatoriamente desse tema, no sentido de colaborar para que as coisas sejam diferentes. Recuperar esse debate é fundamental para que tenhamos uma agenda nacional, ou seja, como sociedade civil poderemos olhar para essa relação entre os poderes como parte da criação da nossa própria agenda como sociedade e não como algo externo e/ou artificial.

Isso é bastante interessante porque somos um País que há pouco tempo foi capaz de decretar o *impeachment* de um presidente, mas que não conseguiu gerar uma institucionalidade mais democrática.

Nós nos tornamos um caso exem-

plar para diversos países, contudo, não conseguimos institucionalizar os processos políticos ocorridos e essa falta de institucionalização é que talvez seja um dos nós que estamos enfrentando. A sociedade de um modo ou de outro consegue se resolver ou avançar ante as crises mas não gera os processos institucionais que façam com que outros processos de crise sejam encaminhados, ou operados de outra maneira.

Diante da hegemonia do Executivo, cremos que seja bastante examinar o trâmite orçamentário, para retomar o assunto da falta de institucionalidade. Tivemos o caso dos assim chamados "anões do orçamento". Foi um caso exemplar, acompanhado pela mídia e pela sociedade, e com desdobramentos: pessoas presas, mandatos cassados e congêneres. Esses acontecimentos deveriam ter alterado profundamente o modo da tramitação orçamentária do País, mas isso não aconteceu!

O orçamento no Brasil é formulado pelo Executivo e encaminhado ao Legislativo que tem a oportunidade de propor pequenas alterações; deputados e senadores individualmente propõem alterações e ajustes e o devolvem ao Executivo, autorizando-o a efetuar os gastos previstos no mesmo orçamento. Aliás, o Executivo pode efetuar os gastos ou não.

Comparemos esse com o procedimento norte-americano, um país também presidencialista. O orçamento é

elaborado pelo Congresso que o encaminha ao Executivo para realizá-lo. No nosso presidencialismo, não só o Executivo formula como realiza ou não os gastos, criando dessa maneira uma relação clientelista com os deputados e senadores.

Contudo, uma mudança no processo de tramitação do orçamento não faz parte da agenda política. Ele está fora das cogitações políticas. Questões como essa, que estamos apenas apresentando como exemplos, estão fora das discussões políticas e têm tudo a ver com a nossa intervenção, e com a construção do Brasil como nação. São aspectos inteiramente relacionados.

Podemos ver também que, diante desse estado de coisas, temos uma sociedade cada vez mais organizada, uma sociedade civil que vai conquistando espaços. Segmentos organizados conseguiram conquistar espaços em várias instâncias com uma atuação bastante importante diante das políticas públicas. Entretanto, sabemos que o Executivo também pode reduzir consideravelmente a influência desses Conselhos.

Mais uma vez o grande ator é o Executivo. Então, o que nós vivemos? Basicamente, vivemos em nosso Brasil uma situação ambígua: por um lado nós somos um país que vive, em termos políticos uma democracia, com uma constituição mas, por outro lado, não conseguimos fazer com que a cultura democrática prevaleça, não dispomos de uma institu-

**Se não temos uma agenda clara da nossa sociedade civil, elaborada a partir de questões que são nacionais, locais, e regionais, não reunimos condições para atender ao diálogo que a cooperação internacional requer**

cionalidade que torne a nossa democracia mais efetiva.

#### **DOIS CASOS DE INTERVENÇÃO**

Cabe aqui uma menção a dois casos, um menos polêmico que o outro. O que há de comum entre eles é uma intervenção mais efetiva na vida do Congresso e, com essa intervenção, podemos descortinar a possibilidade da alteração tanto das políticas públicas quanto de suas formulações.

O primeiro deles diz respeito à agenda internacional resultante do acordo do FMI. Este acordo, autorizado pelo Senado, permitiu que o Brasil tomasse vários empréstimos que totalizaram 41 bilhões de dólares. Qualquer acordo internacional que implique um endividamento externo precisa ser autorizado pelo Senado. Esse acordo, a despeito do conflito entre oposição e governo, foi autorizado quase como um voto de confiança. A cada novo empréstimo desses US\$ 41 bilhões haverá necessidade de uma nova aprovação do Senado. E quem está financiando o Brasil nesse acordo são diferentes organismos internacionais, dentre eles, orga-

nismos de desenvolvimento como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Então, esses recursos terão de ser destinados ao desenvolvimento, ao combate à pobreza e a outras finalidades sociais. O que aconteceu? Nas mensagens encaminhadas pelo Executivo ao Senado, foi dito claramente que a maior parte dos recursos seriam encaminhados para o pagamento do serviço da dívida externa. E isso foi aprovado exatamente assim.

A mobilização de diversas organizações da sociedade civil fez ver aos senadores que aquilo era um absurdo e pela primeira vez se alterou um procedimento institucional do Senado, ao qual a imprensa dispensou pouca atenção, mas que representa uma luz no final do túnel. Qual seria essa luz?

Todos esses empréstimos, para serem autorizados, passam pela Comissão de Assuntos Econômicos, cuja atribuição é fazer uma análise financeira do mutuário do projeto, ou seja, se o País pode ou não pagar aquela dívida. E o que aconteceu? A partir de uma articulação de senadores, houve uma alteração nesse ciclo e essa mensagem teve que ser analisada por uma comissão de mérito, a Comissão de Assuntos Sociais, antes de ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Isso fez com que um contrato de US\$ 2,2 bilhões, esteja sendo retido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado há quase seis meses,

porque os senadores desejam que essa quantia seja gasta efetivamente no combate à pobreza e não apenas utilizada para o pagamento do serviço da dívida.

Outro aspecto bastante polêmico é a proposta do fundo de combate à pobreza proposto pelo senador Antônio Carlos Magalhães. Independentemente das intenções do senador proponente, o importante é que o Congresso, não o Executivo, tomou a iniciativa de pautar uma agenda de interesse nacional. E isso é inédito. Assim sendo, a pobreza voltou a fazer parte da agenda política. Minha perspectiva otimista quanto a esse episódio tem dois lados: primeiro, a pobreza ter voltado à agenda; e segundo ela ter voltado a partir de uma intervenção do Congresso.

Esse episódio pode ser indicador de uma alteração nos processos institucionais, tornando-os mais democráticos; uma alteração que pode ser bastante interessante a curto, médio e longo prazos. Para que isso seja incorporado ao ritmo das instituições governamentais faz-se mister que as entidades da sociedade civil estejam mais envolvidas com esses fatos, e participem mais dos avanços e vitórias. Resta reiterar que nós, na qualidade de mediadores num mundo em processo de globalização, possamos construir, a partir das realidades nacionais, essa agenda de valores universais. 

Aurélio Vianna Jr, doutor em Antropologia e colaborador de Koinonia.

# Narcotráfico e campesinato

Ana Maria Motta Ribeiro

De um lado a planta narcótica, do outro a droga, resultado da transformação industrial; de um lado o plantador da coca, do outro o industrial da cocaína aliado ao atravessador no mercado; de um lado as somas astronômicas do narcotráfico, do outro, as grandes economias a cujo controle escapam fortunas. E uma boa justificativa de intervenção velada e de bons negócios com armas

As análises expostas neste texto são resultados de uma pesquisa sobre a relação entre narcotráfico e campesinato — excluem-se outros aspectos relevantes do problema do narcotráfico, como os usuários do meio urbano ou os dependentes. Procuramos analisar o que seria a fonte, o ponto de partida,

que é a produção desenvolvida numa agricultura de plantas narcóticas que viram drogas porque são transformadas industrialmente e são vinculadas a um grupo do crime organizado.

## AGRICULTURA DA COCA E INDÚSTRIA DA COCAÍNA

O narcotráfico constitui-se em um problema de geopolítica regional para alguns segmentos da população excluída no sistema mundial e, por outro lado, configura uma geopolítica global também, por ter extrapolado questões culturais e atingido uma esfera utilitarista regida pelo mercado capitalista em ritmo acelerado. Mas mesmo assim possui contraditoriamente essas duas razões e determinações na sua essência: ele é global e regional. A mais conhecida e falada entretanto é que apresenta as conseqüências igualmente globalizadas do narcotráfico por afetar o mercado de consumo em escala internacional a partir de uma produção agrícola regionalizada no Terceiro Mundo e com os seus principais consumidores no Primeiro. Narcotráfico, portanto, é agroindústria porque sua organização econômica se constitui no circuito da agricultura subsumida à indústria e à agroexportação por atuar em escala internacional; ilícita, mas é uma agroindústria. A montante temos a agricultura da narcoplanta e a jusante a produção ou transformação da planta em produto industrial pela subordinação da narcoagricultura da coca à agro-

indústria da cocaína, setor que promove a distribuição.

No caso da maconha o processo de transformação é mais simples, porque envolve apenas a prensagem da planta depois de um esquema quase artesanal de secagem. Embora também envolva assalariamento, diferencia-se principalmente porque no caso da cocaína o processo é bem mais complexo, envolve uma diferenciação dos segmentos dos trabalhadores, abarca especialização e divisão do trabalho em escala, visando um sistema de distribuição extremamente complexo e de alto risco. O narcotráfico portanto, constitui-se em *agrobusiness* porque representa um negócio rural em parte produtivo, em parte comercial, envolvendo distribuição, abastecimento e gerenciamento. Engloba a idéia de cadeia de produção, de escoamento e de rede de produção, de comercialização e consumo, e finalmente envolve a idéia de *marketing*.

Verifica-se um processo de integração vertical da agricultura à indústria monopolizado por cartéis do crime organizado no âmbito da produção no Terceiro Mundo. América Latina, no caso da coca e da maconha, especialmente Bolívia e Peru na plantação e Colômbia na industrialização; e por cartéis do crime organizado no âmbito do Primeiro Mundo, sobretudo Estados Unidos, mas incluindo Europa. No que diz respeito à maconha, a estrutura gerencial do crime organizado promove uma autonomia na América Latina tanto no que concerne à produ-

ção como ao consumo. Portanto não falamos de esfera internacional, o Brasil e a América Latina são auto-suficientes na produção e no consumo da maconha. Não importamos mais a maconha como fazíamos nos anos de 1960, do México, mas ela se interliga de qualquer modo à rede da cocaína e essa sim é internacional. E mais, ela se articula a um sistema oficial bancário para lavagem de dinheiro. Também se articula com um sistema explícito de corrupção e clientela correntes na prática da política também oficial. E, como qualquer outro grupo ilegal, o narcotráfico só consegue desenvolver sua atividade ilícita porque o lado lícito da sociedade o viabiliza. O narcotráfico sociologicamente avaliado demonstra a capacidade de construção de uma nova pirâmide social. Antes de analisá-la devemos observar alguns dados. (Quadro 1)

QUADRO 1 – PREÇOS DA COCAÍNA EM 1986 EM US\$

Pago a quem cultiva	1,000
Exportação/Colômbia	7,000
Importação/Miami	20,000
Atacado/venda (por quilo)	40,000
Varejo/venda (por gramas)	250,000

QUADRO 2 – RENDIMENTO E ENTRADA DE DIVERSOS PRODUTOS. CHAPARE – BOLÍVIA

Cultivo anual	Rendimento (kg/ha)	"Ingresso" bruto (US\$)
Coca	2,155	3,200–6,400
Laranja	16,000	2,000
Banana	15,000	600
Arroz	1,300	378
Café	700	1,520
Milho	1,500	300
Cacau	1,800	2,700
Chá (folha)	6,000	2,600
Goma de mandioca	1,200	2,400

## AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA AGRÍCOLA

A pergunta é: Por que os trabalhadores rurais se envolveriam no plantio da cocaína? Para responder a ela precisamos lembrar a contra-reforma agrária, ausência de política agrícola no meio rural, de política agrária; ausência de um mercado de terras mais democratizado e a condição de preço da mercadoria. O pagamento em 1986 para quem cultivava a coca era de US\$1,000.00. No varejo a venda por grama chega a US\$ 250,000.00. Consideremos ainda que este dado é de 1986, podemos levar em conta que esses valores hoje já estão geometricamente multiplicados. Além disso, a qualquer risco adicional que ele envolva o preço se quadruplica. (Quadro 2)

Vejamos o rendimento e a receita de diversos produtos só em Chapare,

**E, como qualquer outro grupo ilegal, o narcotráfico só consegue desenvolver sua atividade ilícita porque o lado lícito da sociedade o viabiliza**

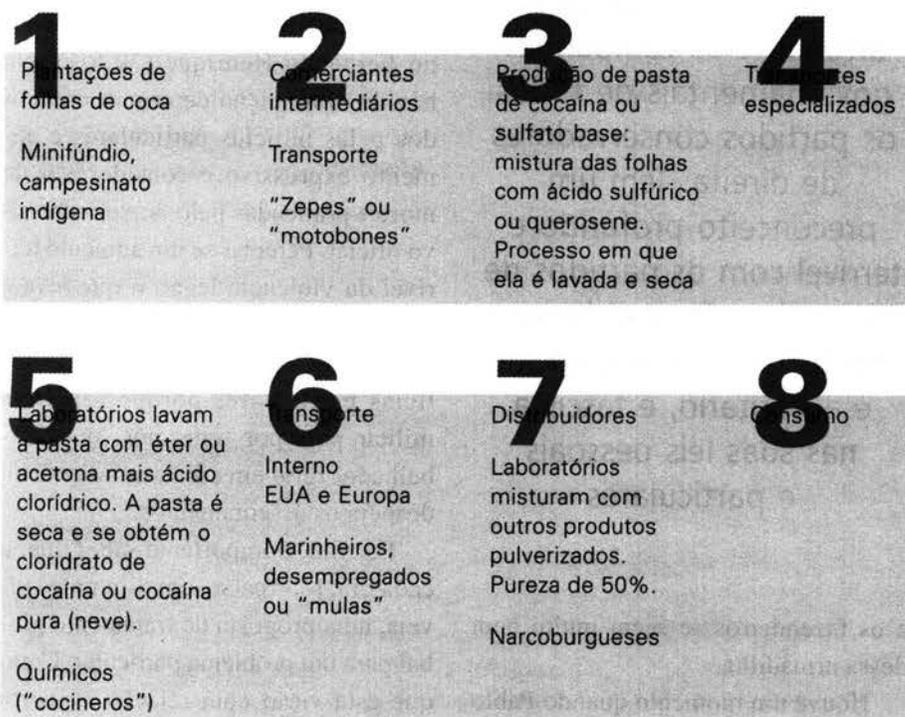
na Bolívia, onde há agricultura: o cultivo anual da coca tem um rendimento de quilo por hectare de US\$ 2,155.00, resultando uma receita bruta entre US\$ 3,200.00 e US\$ 6,400.00. A banana, por exemplo, envolve grande exploração camponesa, pois os agricultores têm que carregar uma enorme quantidade do produto, levar na carroça em cima do burro, sem ter estrada, etc., rende ao agricultor US\$ 600.00. Nenhum outro produto atinge um rendimento que varie entre US\$ 3,200.00 e US\$ 6,400.00. Para os camponeses não se trata de uma opção simples pela ilegalidade, pois no meio rural os trabalhadores são muito legalistas. Mas isso diz respeito à ausência total de mercado de trabalho, de política agrícola para atendimento desses trabalhadores. Além disto, a política agrícola do narcotráfico é excelente para o camponês porque ele não trabalha com nenhum risco a não ser o de plantar. O próprio crime organizado vai buscar pessoalmente, com todo o conforto, a produção, reduzindo assim o nível de exploração camponesa.

No terceiro quadro nós podemos analisar o circuito da produção da cocaína, que envolve uma rede de trabalhadores subjugados a esse sistema. (Quadro 3)

## BURGUESIA DO NARCOTRÁFICO

O narcotráfico constrói uma pirâmide social que tem, no topo, a narcoburguesia; esta até aqui tem sido de origem negra, índia ou parda. Mas essa origem do narcotráfico está se modificando desde a morte de Pablo Escobar do Cartel de Medellín, que era de origem indígena. Hoje em dia o refinamento e o branqueamento dessa narcoburguesia está cada vez mais evidente, subindo de classe, com tradição, com estudo, etc., eles detêm o lucro do produto.

QUADRO 3 – ESQUEMA DE PRODUÇÃO DA COCAÍNA  
AS FASES DO PROCESSOS



Temos as camadas médias e os intermediários produtores do sulfato de base. Há também esses narcoburgueses, na camada deles, aqueles que são as elites locais geralmente brancas e bem instruídas. Em função de uma posição de destaque na economia, na política, na relação com o poder ou ainda pela ocupação de cargos estratégicos, eles desempenham uma função de parceria, facilitando o contrabando de armas, o contrabando de ingredientes (como o éter ou o querosene) ou ainda desempenhando uma função de liberar o maquinário para prensagem da maconha. São necessários ao processo industrial, para obter salvo-conduto, documentação, transporte seguro, garantia de terra afastada do envolvimento da luta pela reforma agrária, para ser usada na plantação, e, finalmente na lavagem do narcodineiro. Essa camada partilha entre si o chamado alto lucro do negócio.

**Trata-se de uma indústria de bilhões de dólares em expansão e que articula o desemprego e a carência de políticas agrícolas e agrárias na América Latina como um líquido que ocupa um vácuo deixado pela ausência de políticas sociais que caracterizam o neoliberalismo dos governos empossados no Cone Sul**

Finalmente os plantadores que ficam lá em baixo, como no esquema oficial. Os usineiros, por exemplo, não fazem nada muito diferente com os trabalhadores assalariados que os narcotraficantes fazem com os seus assalariados da agricultura, fora o risco.

Quando um telejornal mostra uma ação policial numa plantação de maconha, vê-se o trabalhador correndo descalço, mas em nenhum momento diz-se quem é o proprietário dessa terra. O movimento de repressão nos países do Terceiro Mundo sobretudo mata uma décima quinta parte em relação ao tráfico.

O narcotráfico desenvolve uma economia de exportação de narcoproduto primário e de narcoproduto processado que permite uma circulação de capital ilícito de alto montante. O narcodólar na América Latina supera em muito a circulação do dólar legal que alimenta o sistema econômico oficial. Trata-se de uma indústria de bilhões de dólares em expansão e que articula o desemprego e a carência de políticas agrícolas e agrárias na América Latina como um líquido que ocupa um vácuo deixado pela ausência de políticas sociais que caracterizam o neoliberalismo dos governos empossados no Cone Sul.

#### DIPLOMACIA DA GUERRA

Entretanto, a presença do crime organizado no meio rural não deve ser confundida com a presença das plantações que servem de matéria-prima para a narcoprodução ou com o hábito do uso pelas populações locais. O crime organizado e o sentido de ilegalidade se juntam ao sistema formal de poder patriarcal, racista, elitista e autoritário, fundado na história social da América Latina por elites covardes, que não têm nenhum moralismo ou escrúpulo na sua ganância de lucro.

A diplomacia das drogas é um largo exemplo da opção dos Estados Unidos de militarizar a questão do narcotráfico, política apoiada por Fernando Henrique. Já acontece na Colômbia hoje uma invasão de soberania inegável, uma articulação dos mercenários norte-americanos e também há uma

tentativa de dar ocupação ao Pentágono — que ficou sem ter o que fazer depois que acabou a “guerra fria”. Onde vai empregar esse armamento, com quem vai lutar? Algumas coisas terríveis vêm acontecendo na Bolívia. Os Estados Unidos têm destruído plantações na Bolívia com desfolhantes químicos aspergidos de avião, que estão cegando trabalhadores, destruindo vidas, tirando a fertilidade de mulheres. Gastam muito dinheiro do Congresso norte-americano no sentido de acabar com a produção no Terceiro Mundo e no Primeiro Mundo eles gastam dinheiro com terapias, com cuidados com os seus usuários, etc. Essa visão de que o tratamento do narcotráfico tem que ter uma perspectiva global, é uma visão que em muito prejudica a América Latina, quer tenhamos uma opinião favorável ou contrária ao narcotráfico.

Na Colômbia, há indícios de que uma espécie de UDR seja formada por novos narcofazendeiros, que diferentemente dos fazendeiros daquela área, são mais modernos, utilizam novas técnicas de plantio, aumentam a produção, porque é um *hobby* para eles. A pecuária para eles é um *hobby*, a criação de cavalos é um *hobby*, eles estimulam a formação de mercado de trabalho, lavam o dinheiro com essa fachada, são patrões razoáveis que assinam carteira de trabalho e organizam a vinda dos mercenários norte-americanos e engessam a articulação sindical em todos os lugares onde atuam. A política do combate às drogas também supunha que era preciso aumentar a repressão nesses lugares e que era necessário a esses países abrir espaço à entrada dessas milícias na área rural. É preciso ter muito cuidado porque os resultados são terríveis mais uma vez para os trabalhadores rurais,

**O narcotráfico financia de um modo flagrante e arrogante as campanhas governamentais de todos os partidos conservadores de direita. Tem um preconceito profundo e terrível com os partidos de esquerda, não se relaciona com os movimentos sociais, é autoritário, é fascista nas suas leis pessoais e particulares**

e os fazendeiros se saem muito bem dessa armadilha.

Houve um momento quando Pablo Escobar chegou a propor, na Colômbia, pagar a dívida externa do país se lhe dessem liberdade e salvo-conduto. Tinha dinheiro suficiente para pagar a dívida externa da Colômbia. Originou-se a idéia de que o narcotráfico se vincula à esquerda e aos atos de libertação dos movimentos sociais. O próprio Departamento de Estado Norte-Americano, já concluiu o contrário: o narcotráfico financia de um modo flagrante e arrogante as campanhas governamentais de todos os partidos conservadores de direita. Tem um preconceito profundo e terrível com os partidos de esquerda, não se relaciona com os movimentos sociais, é autoritário, é fascista nas suas leis pessoais e particulares. Tentaram até desculpar-se com a associação de dois inimigos, o narcotráfico e o comunismo, mas essa aliança é impossível.

Portanto, precisamos refletir sobre o apelo de mais repressão para supostas áreas abandonadas pelo Estado, entre elas as áreas rurais — aonde quando a polícia chega, recolhe mais

armas de matar passarinho do que metralhadoras dos fazendeiros. Existem dados que comprovam que no governo Fernando Henrique Cardoso tem havido diminuição de crimes cometidos pelas milícias particulares e aumento expressivo e considerável de mortes praticadas pelo braço repressivo oficial. Percebe-se um aumento terrível da violência legal, o que leva a supor que hoje em dia os fazendeiros não gastam dinheiro com as suas milícias particulares porque a polícia militar, paga por todos nós, mata trabalhador rural em escala suficiente ou despeja os assentamentos.

Por fim, é importante saber que, a cada dia, reforça-se, em diferentes níveis, uma proposta de tratamento global para um problema particular. Creio que esta visão com relação à guerra contra a droga deve ser rejeitada veementemente. Cada caso é um caso. Porque ela é desigual do ponto de vista do respeito às razões históricas e determinações culturais e socioeconômicas que apontam como mais equitativa e justa a equação do problema do ponto de vista latino-americano, em que as populações indígenas, os negros e pardos já excluídos socialmente reivindicam um tratamento particular adequado à natureza e condição socio-política de cada país para resolver um problema que é global. É preciso pensar urgentemente de modo científico sobre o tema e isso supõe ponderar tratamento médico com controle de qualidade das drogas e finalmente a discussão sobre a descriminação de algumas sem medo. É preciso separar a cultura da planta alucinógena do crime organizado, e isto hoje é uma necessidade cidadã como é uma necessidade do espírito, separar o joio do trigo. ☐

Ana Maria Motta Ribeiro, professora do Departamento de Sociologia e coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários da UFF.

# Narcotráfico e violência no campo

Jorge Atílio Silva Iulianelli

Um relato, apenas um relato que é lamento e denúncia. Trata-se de expressões de resistência ao narcotráfico, que torna "associados" todos os plantadores, com o fito de banalizar o plantio ilícito para assemelhá-lo a outros plantios e até receber "ajuda" oficial

1960 a maconha foi criminalizada e, mesmo hoje, existe por parte do governo federal uma liberalização do uso da maconha entre algumas tribos indígenas. Rui Guerra acaba de fazer um filme sobre a história do Brasil com uma das tribos indígenas que têm esse direito assegurado.

O problema da criminalização recente tem sido trabalhado por Gilberto Velho, que destaca como a criminalização da maconha afetou as classes sociais de uma forma muito diferenciada. A classe média valorizou o uso da maconha, que era antes utilizada majoritariamente entre as classes populares, produzindo uma integração entre essa classe média usuária e as classes populares, em especial no Rio de Janeiro.

No entanto, a criminalização redundou numa repressão muito pesada no âmbito das classes populares, ao passo que no âmbito da classe média tem havido maior tolerância por parte das autoridades. Tal diferenciação talvez ocorra em virtude da ótica que enxerga as classes populares não apenas como usuárias, mas também como as propagadoras e distribuidoras de drogas.

No caso das violências ocorridas na região em que atua o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, o problema está diretamente vinculado ao traslado das pessoas advindas de outras áreas, ou seja, das cidades que foram tomadas pelas águas na construção da barragem de Itaparica. O traslado foi

feito para uma área onde já havia produção de maconha. Por sinal, o estado de Pernambuco, desde os anos de 1980, é considerado como o maior produtor de maconha do Brasil. Quando as pessoas foram assentadas na área onde residem atualmente, já encontraram ali a produção de maconha.

## PLANTADORES E "PLANTADORES" REASSENTADOS: TRIGO E JOIO

O outro fato é que não apenas as pessoas do movimento na luta em favor do reassentamento foram trasladadas, mas também quem não tinha vínculos com a luta pelo reassentamento. E entre esses que não tinham vínculo havia alguns já envolvidos com a produção de maconha na região.

O movimento sindical sempre tomou a questão da violência provocada pelo narcotráfico como um tema de luta. No início não havia nenhuma pressão contrária ao narcotráfico porque este afetava a disputa pelo poder local, mas, a partir da configuração da disputa pelo poder local, o movimento sindical tomou como uma bandeira sua a luta contra o tráfico; iniciou vários processos contra o narcotráfico tentando motivar o Ministério Público a tomar posição e solicitou a repressão policial com frequência.

Entretanto, o movimento nunca provocou uma discussão ampla que incluísse, por exemplo, as questões da discriminação, nem da convivência. Assim, restringindo-se a solicitar a repressão, quando esta era efetuada, re-

Um dos eixos do trabalho de KOINONIA é o empenho na defesa dos direitos humanos e, para nós, essa questão no campo é muito marcante dada a violência sofrida pelas pessoas em consequência da presença do narcotráfico. Por essa violência vidas já foram ceifadas, entre elas a do companheiro Fulgêncio, assassinado em 1997.

## "ERVA" E POLÍGONO DA MACONHA

Inicialmente, é oportuno sublinhar que a maconha, um dos produtos principais naquela região, é de criminalização muito recente no Brasil. Somente após

Operações repressivas mal planejadas acabaram por ampliar a área de plantio da maconha



Natanael Guedes/AJB

## POLÍGONO DA MACONHA

Em plena entrada do século XXI, na inauguração do novo milênio, os sertões nordestinos voltam a conviver com um ambiente de extrema violência, ameaçando a vida, os direitos e a sociedade das pessoas de bem, pacatas e trabalhadoras que lá vivem e são maioria.

Desde as margens do São Francisco, no quadrilátero limitado pelas cidades de Petrolândia, Salgueiro, Ouricuri, e Petrolina, está instaurado o chamado "Polígono da maconha", região que abrange os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.

A região conhecida como a "Califórnia brasileira", no vale do São Francisco, se tornou o principal pólo de desenvolvimento regional. Atraiu para si a expectativa de ascensão, empregos e oportunidades. Seu modelo capitalista, porém, também gerou a exclusão, a exploração e a geração de um enorme contingente de bóias-frias que perambulam em meio a fartura das safras de exportação de produtos agrícolas de luxo.

O quadro propiciou o surgimento do cultivo da maconha como alternativa de sobrevivência dos pequenos agricultores da região, a partir da ação de grupos criminosos organizados que pagam pela erva cerca de 10 vezes mais que os cultivos tradicionais (cebola, tomate, tomilho).

Fonte: Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Polígono da Maconha, maio de 1997.

rural com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), haveria o repasse das verbas de assistência técnica para as cooperativas de pequenos produtores. Nesse momento, nas áreas onde o narcotráfico tem uma presença muito forte, formaram-se cooperativas fortemente influenciadas por representantes do mesmo narcotráfico.

O governo, por seu turno, representado pelo Grupo Executivo para o Reassentamento de Itaparica (GERPI), tentando aproveitar-se dessa disputa

caía sobre os trabalhadores. Em 1997, o deputado Fernando Ferro, juntamente com as lideranças do Pólo Sindical, vinham desenvolvendo toda uma discussão que acabou resultando num relatório sobre o "polígono da maconha".

Em audiências públicas no Congresso a respeito desse polígono, um dos principais denunciadores era o líder do movimento dos atingidos por barragens, Fulgêncio Manoel da Silva, relatando a existência do plantio e da comercialização da maconha na região. Isso resultou no assassinato dele por um adolescente de dezesseis anos, supostamente contratado pelo narcotráfico (TEMPO E PRESENÇA n. 296, nov/dez de 1997).

Em 1997, por conta da audiência pública que ocorreu em Brasília, o governo federal empreendeu operações do Exército, denominadas "Operações Asa Branca", que acabaram resultando apenas, paradoxalmente, na

expansão da área de plantio da maconha na região. O que ocorreu foi que ações do Exército eram amplamente divulgadas pelo rádio e pelos jornais locais, que apontavam até mesmo o local das operações.

O resultado foi que, enquanto eram queimados alguns poucos pés de maconha, os plantadores migravam para outras regiões. Essa migração acabou por expandir a plantação no norte da Bahia, em áreas nas quais o plantio não era tradicional; muito embora o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na audiência do caso Fulgêncio tenha denunciado que em algumas áreas dos Tuxás, na Bahia, havia cultivo de maconha.

### COOPERATIVAS DA CANNABIS SATIVA

Em 1998 ocorreu um fato muito inusitado: Terminado um dos acordos que o Pólo tinha para a manutenção do serviço de assistência técnica e extensão

do poder local, decidiu divulgar que iria apoiar o repasse de crédito para as narcocooperativas. Diante disso, o Pólo desencadeou uma luta ferrenha para reverter esse processo, o que só foi conseguido com muito custo. As ações judiciais, a paralisação, e a própria ocupação do escritório da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em Paulo Afonso (março de 1999), compunham uma estratégia de mobilização para reverter esse quadro. Graças a Deus, houve sucesso.

Isso demonstra que hoje, a articulação entre poder local e narcotráfico já está tão capilarizada que os traficantes já reúnem condições de fomentar uma forma de organização autônoma dos pequenos produtores. O narcotráfico faz-se representar por meio dos pequenos produtores, o que traduz uma espécie de aliança entre a produção legalizada e a produção ilegal.

Outro fenômeno regional é o possível envolvimento dos políticos locais e alguns até de renome nacional. Alguns, com grande ascensão na Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), têm apoiado até a utilização das ambulâncias dessa empresa para o transporte de maconha. Há um enriquecimento notório dessas pessoas, que não é questionado pelas autoridades competentes, embora agora a Secretaria Nacional Antidrogas tenha utilizado o Ministério da Fazenda para fazer um levantamento do enriquecimento ilícito. Espera-se algum resultado dessa sindicância. A par disso, o narcotráfico tem-se aproveitado dos conflitos tradicionais entre famílias na região, resultando daí um aumento considerável na escalada da violência.

#### **AMEAÇAS, SILÊNCIO, DENÚNCIAS**

O que o movimento sindical na região tem feito em relação ao narcotráfico?

### **A articulação entre poder local e narcotráfico já está tão capilarizada que os traficantes já reúnem condições de fomentar uma forma de organização autônoma dos pequenos produtores**

A primeira atitude tem sido a de silenciar, o silêncio para não morrer, o silêncio para manter a segurança e a integridade das pessoas. Onde o conflito é explícito, não há como alguém se expor sem correr risco de morte. Isso tem acontecido todas as vezes que o movimento sindical apresenta denúncias. Seguem-se ameaças telefônicas ou mesmo diretas, com armas apontadas para as lideranças sindicais.

Eis por que, a denúncia pública tem um custo muito elevado para as lideranças sindicais. Quando a repressão policial é solicitada, como já assinalamos, o resultado costuma ser adverso. Por outro lado, no que tange aos pequenos produtores, o movimento sindical tem adotado uma postura de certa tolerância, posto que esses pequenos produtores, na maioria dos casos, envolveram-se com o plantio ilegal devido a uma ausência completa de alternativas econômicas.

Voz corrente na região afirma: "O povo do narcotráfico é do mal"; o narcotráfico é do mal e o mal tem que ser combatido, não dá para haver convivência com o mal, mas, por outro lado, você tem que negociar com o mal porque o mal existe. Você não tem como se livrar dele, então você precisa encontrar um meio de conviver com ele.

A repressão é um meio de convivência com o mal mas o outro meio é

o silêncio, é a anuência, o conluio, a solidariedade, a negociação, e essas têm sido escolhas que se impõem.

Na diocese de Barra (BA), há alguns anos, a questão do narcotráfico começou a se tornar intolerável e houve uma postura de combater o narcotráfico com todos os meios disponíveis: discutir publicamente a questão, tratar do problema da repressão como algo necessário, e estimular os pequenos produtores a partir das reservas morais que eles já nutriam contra o narcotráfico. A diocese decidiu apelar para a consciência do pequeno produtor, mostrando que o envolvimento com o plantio era moralmente insustentável.

Essa estratégia teve sucesso mas custou a destruição a tiros da residência de uma das lideranças do Conselho Pastoral. Porém, se conseguiu fazer com que da cidade de Barra o narcotráfico fosse banido. Foi um embate direto e, pode-se dizer, quase suicida.

Em relação à problemática do narcotráfico, Koinonia tem atuado em duas direções: A primeira é na busca da construção de alternativas. O apoio à secretaria de mulheres e ao departamento de jovens na criação de alternativas culturais e de produção que viabilizem outros caminhos de desenvolvimento econômico pode ser considerado um exemplo. A segunda é tornar pública a questão da violência no campo provocada pelo narcotráfico. Para tanto, um dos meios que se pretende utilizar a curto prazo é a publicação de um livro que explore todos os aspectos ligados a essa violência: políticos, culturais e econômicos. ☐

Jorge Atílio Iulianelli, mestre em Filosofia e integrante da equipe de KOINONIA.

# Segurança pública em discussão

Rosa Marga Rothe

De como se quer levar as pessoas a falar o que sofrem por parte das organizações que deveriam protegê-las; e de como pessoas começaram a discutir segurança pública em público; e de como a dignidade humana venceu promotores e delegados corrompidos; e ainda de como se vai produzindo transparência na sociedade

Partilhar uma experiência pioneira no Estado do Pará, a Ouvidoria Pública é meu intento. Convém lembrar que antes da criação da Ouvidoria já havia uma história de luta e de articulação, principalmente por parte da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos, com 22 anos de existência. Na época da ditadura, obviamente, o Estado era o maior violador dos direitos humanos, o maior agente agressor, o que se acentuou mais no final da ditadura quando a classe média ficou amortecida em relação à violência policial que atingiu os segmentos populares não organizados. Em todos esses anos, várias foram as tentativas. Tentamos, por exemplo, criar um fórum contra a violência, mas a própria esquerda não estava madura para isso naquele momento — aliás, o sectarismo, o corporativismo, são os grandes obstáculos até hoje.

## CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A partir de uma análise ampla, podemos notar que, com exceção do Rio Grande do Sul, a esquerda não tem força para propor mudanças na área de segurança pública. Qualquer mudança nessa esfera pública tem que vir articulada com a direita, e isso exige naturalmente um malabarismo muito grande para convencer que é melhor, que é politicamente rentável e é mais barato prevenir do que remediar, do que ter que compensar os prejuízos causados pela violência policial.

Havia um grupo que tinha preparado, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), uma proposta de segurança pública; quando o Almir Gabriel se elegeu da primeira vez — pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), um democrata — mandaram-lhe essa proposta; ele gostou e então foi criado o Conselho de Segurança Pública. Ao contrário de outros conselhos que têm dificuldades para funcionar, esse Conselho de Segurança Pública aglutina os dirigentes das quatro instituições que formam o sistema de segurança pública: o Delegado Geral da Polícia Civil, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Comandante do Corpo de Bombeiros (que em Belém é separado da Polícia Militar) e também a Diretora do DETRAN. Por parte da sociedade civil tem um representante da Assembléia Legislativa. Há um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB — Seccional Pará), um representante da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, e um representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Quem preside esse Conselho é o próprio Secretário de Segurança Pública. Na verdade, quem faz o Conselho funcionar é o mesmo secretário, junto com o representante da Sociedade dos Direitos Humanos e o representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Num total de nove, esses três são realmente ativos.

A Ouvidoria é órgão do Conselho de Segurança Pública, e foi elaborado



Carlos Carvalho

A Ouvidoria Pública do Pará enfrenta o desafio de denunciar e punir a violência policial

dessa forma para dar ampla autonomia à pessoa da Ouvidora. Todo o sistema foi regulamentado por lei e tem um regimento interno que diz das atribuições da Ouvidoria: fiscalizar as polícias, receber denúncias e acompanhar as apurações, ou seja, fazer uma fiscalização interna ao sistema; este, evidentemente tem que ser completado pela fiscalização externa, responsabilidade do Ministério Público (que muitas vezes não o faz).

Foi criada então a Ouvidoria mas, a meu ver, ainda sem a estrutura ideal. A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos indicou o meu nome para preencher esse cargo e fui aceita naquele momento porque foi logo após o episódio de Eldorado dos

Carajás. Eu tinha plena consciência de que, de certa forma, faço aquele papel de “vitrine” do Estado num momento em que ele está desmoralizado, questionado. Por outro lado, acredito que é um pouco a terceirização que o Estado está fazendo. O Estado percebe que os militantes das Organizações não-Governamentais (ONGs), das Igrejas, fazem esse tipo de trabalho melhor, mais barato e com credibilidade.

Não posso deixar de mencionar que é um tanto dolorosa a solidão que se experimenta em relação às organizações de esquerda, porque estando eu no Estado e a Prefeitura sendo de um partido de esquerda, é como se eu tivesse mudado de lado. Apoios ou pe-

didados de ajuda só isoladamente, como recentemente aconteceu com a chefe de gabinete do prefeito, que foi vítima da violência policial e veio nos procurar. Mas em termos de organização poderíamos avançar muito mais o trabalho político se agíssemos de outra maneira. Isso está cercado de tabu porque se eu fosse alguém do Partido dos Trabalhadores, lançado por ele ou por uma tendência dele, com certeza assumiriam, mas como não foi...

#### CORAGEM PARA DENUNCIAR

Até surgir o Conselho de Segurança Pública e a Ouvidoria, foram realizados vários seminários nos quais a sociedade, as organizações populares e também os representantes dos órgãos governamentais discutiram a política de segurança pública no Estado do Pará. Por isto afirmo que essas conquistas são fruto de um longo processo de quinze anos para desembocar aí, mesmo com dificuldades, sem ainda uma estrutura própria. Quando começamos a trabalhar, não tínhamos nem cadeira, nem mesa, nem mesmo sala. Tivemos que buscar pessoas que são do estado e que estão em outras repartições e que se afinam com a proposta da Ouvidoria e ninguém sabia o que ia ser a Ouvidoria, o que significava isso. Levamos uns seis meses para criar e estruturar o espaço físico, com uma boa equipe, pensar o organograma, e a inauguração foi em 10 de dezembro de 1997 — quando já tínhamos oitenta casos. Porque muitos dos

## O abuso de autoridade está em primeiro lugar, o cargo público é utilizado como se fosse um feudo, uma sesmaria, um privilégio, um presente pessoal a ser tratado como coisa particular. É algo tão visceral que ainda demora para modificar

problemas graves que chegam são repassados diretamente para a Ouvidoria.

Um dos primeiros casos graves que nós recebemos em 1997 foi uma denúncia de tortura de um rapaz que tinha um bom embasamento em direito e cidadania e foi torturado porque argüiu a maneira da polícia tratá-lo. Disse que aquela atitude não era certa e que ele ia denunciar, e então foi torturado. A família contratou um fotógrafo, ele estava com os testículos negros de tantos chutes que levou. Isto foi em 15 de novembro de 1997 e até hoje ele está de cama com tumores nos dois rins. Não sei dizer se há alguma relação com a sessão de tortura mas psicologicamente também ficou estraçalhado, afetado por esse poder da tortura, de agredir o âmago da pessoa, de tentar destroçá-la por dentro.

O rapaz já havia identificado os policiais, já tinha ido à Corregedoria, ao Instituto Médico Legal para fazer os exames. Quando chegou à Ouvidoria, ele já havia feito tudo o que precisava fazer para ter a materialidade. Então, eu o levei ao Ministério Público, contatei um promotor, liguei para a imprensa, e informei que havíamos recebido uma denúncia grave contra um delegado antigo, denúncia de tortura, se a matéria interessasse, ele iria ao meio dia ao Ministério Público. A imprensa chegou em peso, pois esse delegado é o mais bem relacionado com o poder, uma ampla rede de poder na sociedade paraense.

Houve uma grande confusão: o de-

legado quis me processar, eu exigi, então, ser defendida pelo Estado porque estava sendo atacada como Ouvidora. Apelou ao secretário de segurança pública, que era amigo dele, para que o ajudasse, porém não foi possível. O caso já estava na imprensa e ele não podia fazer nada. Então o delegado tentou a chantagem, dizendo que tinha fitas comprometedoras contra o secretário; as fitas foram mostradas, era tudo uma baboseira. Resultado: ele hoje perdeu o cargo de confiança. O dinheiro que ele perdeu é pouco porque ele continua sendo sustentado pelo jogo do bicho, mas perdeu o poder.

Esta foi uma vitória, simbólica, porque conversamos com várias pessoas no Ministério Público, eles deram um excelente parecer, mas atualmente esse processo está engavetado. Está com uma promotora contra quem nós também havíamos recebido denúncia referente ao tempo quando era promotora noutra região e foi conivente com a prisão de uma mulher junto com os presos no xadrez da delegacia, onde não havia nem separação. O banheiro era único, sem porta, e ela foi violentada sexualmente várias vezes. A promotora foi conivente. O processo contra o torturador está com ela, e nós temos de descobrir um meio de desengavetá-lo. Essa é a nossa luta.

### **TORTURA, AMEAÇAS, DESINFORMAÇÃO, EXECUÇÕES**

O Governo Estadual recebeu as cobranças de Brasília sobre o Programa

Nacional dos Direitos Humanos, como anda no Estado do Pará. Pediram um relatório sobre como é que está a situação hoje em relação a tortura, já que a lei contra a tortura entrou em vigor em abril de 1997. Nós fomos verificar, pedimos informações e as instituições responderam que no Pará não há tortura e que isso é coisa do passado. Mas todo mundo sabe que nas delegacias de polícia se tortura com métodos até mais sofisticados do que na época da ditadura. Quando eu levei ao Conselho a informação de que no Estado do Pará não havia mais tortura o próprio secretário caiu na gargalhada. Porém, ao saberem que essa resposta ia ser encaminhada, num segundo momento começaram a surgir algumas respostas tímidas e, então, só à Ouvidoria chegaram nove casos. Aos poucos o Judiciário começou a mandar, o Ministério Público mandou alguma coisa, a direção da polícia mandou casos de lesão corporal. Verificamos que no estado os instrumentos não estão adequados, o policial não sabe que tem que fazer registro contra a tortura porque não existe no manual deles. Nos programas informatizados não existe esse item, tortura.

Fazendo uma análise das denúncias recebidas percebemos, por exemplo, que em 1998 (ano passado) a ameaça vinha em segundo lugar e caiu consideravelmente nesse primeiro semestre. Nesse ano tivemos cinquenta e sete casos de ameaça e no primeiro semestre deste tivemos apenas dezessete, o que

## O relatório tem que ser público, senão não adianta criar a Ouvidoria; o nosso instrumento é a transparência e a sociedade precisa desse subsídio para fazer a vigilância, porque sem a vigilância da sociedade não existe democracia

revela que “eles” estão mais cautelosos. Já o abuso de autoridade está em primeiro lugar, o cargo público é utilizado como se fosse um feudo, uma sesmaria, um privilégio, um presente pessoal a ser tratado como coisa particular. É algo tão visceral que ainda demora para modificar.

Fui convidada a fazer uma palestra para o Conselho de Segurança Pública do Meio-Norte e Nordeste. Aproveitei para apresentar uma compilação que fizemos a partir dos jornais de 1998, além de alguns casos que chegaram à Ouvidoria e que não estavam nos jornais porque a grande imprensa não chega ao interior. Chegamos a um total de cinquenta e seis vítimas com indícios de participação da polícia civil e militar, meio a meio mais ou menos, durante um ano — e isso foi só o que conseguimos levantar superficialmente. Este levantamento foi apresentado na reunião do Conselho, na qual eu elogiei o mesmo Conselho pela coragem de olhar a ferida de frente, e ninguém criticou. Entretanto, tempos depois esse mesmo relatório foi divulgado por uma deputada na assembléia e a imprensa acordou e foi publicada esta manchete, no maior jornal do estado: “Polícia do Pará viola os Direitos Humanos”. Fui muito criticada pelo próprio Conselho porque, afinal, era o relatório da Ouvidoria. Argumentei e mostrei-lhes que o relatório tem que ser público, senão não adianta criar a Ouvidoria; que o nosso instrumento é a transparência e que a sociedade

precisa desse subsídio para fazer a vigilância, porque sem a vigilância da sociedade não existe democracia. Neste ano só no primeiro semestre, só com base em dois jornais, sem os casos da Ouvidoria já achamos trinta e uma vítimas, infelizmente um aumento.

Nesta observação dos jornais notamos que sempre que um policial aparece muito no jornal há grande probabilidade de que seja bandido, porque utiliza o jornal para acobertar sua delinquência, fornecendo a própria versão. O jornal recebe diretamente a versão dos policiais e eu sempre me perguntei de que modo isto funciona. Em um dos casos, pelo menos, a família de uma vítima veio nos procurar e disse que o policial estava com um carro e foi acusado de assalto a banco; o delegado ficou com o carro do bandido, alegando que aquilo era dinheiro sujo e que então a família não teria direito a esse carro. Atualmente, esse carro está com um repórter policial. Portanto, a rede funciona e nós estamos longe de ter a supervisão de toda a rede, de todas as ramificações.

Nos casos de execuções, por exemplo, a polícia desqualifica a vítima e legitima a execução dizendo que é bandido, mas não se faz o levantamento das circunstâncias em que se deu a morte. Normalmente são mortos e deixados no Pronto Socorro Municipal. Mais recentemente, os médicos estão se recusando a receber, e mais recentemente também as pessoas estão criando mais coragem para denunciar

porque ser testemunha de uma execução é correr grande risco.

Com o desenvolvimento dessa atividade nós vimos também que era preciso criar o programa de proteção às vítimas e testemunhas. Há um fato complicador nesse programa porque já houve casos em que “plantaram” provas contra testemunhas, e uma pessoa que tem a ficha suja, que é caracterizada como criminosa, não pode entrar no programa de proteção. Estamos lutando com o Ministério Público para evitar que testemunhas sejam desqualificadas. Em resumo, se desclassifica o denunciante para desqualificar também a denúncia e para impossibilitar uma punição.

No momento em que o processo chega ao Judiciário encerra a nossa competência. Na verdade deveria encerrar-se ao chegar ao Ministério Público, mas como o Ministério Público tem deixado muito a desejar, continuamos trabalhando para conseguir alguma resposta. Temos tido algumas respostas até aqui porque algumas pessoas pegam o folheto da Ouvidoria e pegam na porta e, segundo dizem, tem sido um “santo remédio”! 

Rosa Marga Rothe, pastora licenciada da IECLB e ouvidora do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará.

# Carnaval, preconceito, resistência

Gabriela Silva Leite



J.R. Ripper

Um desfile — fala-se de carnaval — de crianças pobres a fazer cinema; de profissionais do carnaval e dos que exploram a festa; de marginalizados do sexo; de histórias da História com lembranças de Canudos e de Oswaldo Cruz

Minha exposição é formada de algumas narrativas sobre o nosso trabalho. Estamos desenvolvendo dois projetos dirigidos especificamente aos jovens: o primeiro é de profissionalização voltada para a indústria do Carnaval; o segundo é uma variação no mesmo tema; trata-se de um projeto de cinema e vídeo com jovens do morro de São Carlos e do Estácio, local onde as Escolas de Samba tiveram início no Rio de Janeiro. A proposta é que no final do curso eles possam subir o morro e filmar sambistas veteranos.

## PRIMEIRO MOMENTO: CINEMA PARA CRIANÇAS POBRES?

Para desenvolver essa proposta teríamos que contar com um espaço dotado de infraestrutura apropriada para cinema e vídeo. Para tanto, trabalhamos com o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Por sinal, já há alguns anos, desde o governo Marcelo Alencar, temos trabalhado com o Museu. Atualmente, a presidente do Museu é pessoa muito respeitada no mundo do samba devido à feitura da biografia de grandes compositores (Cartola, Ismael Silva, Paulo da Portela e outros).

No entanto, quando lhe falamos sobre o projeto, mesmo sendo ela uma pessoa que sempre pesquisou a cultura popular, considerou o projeto uma “maluquice”: “Dar curso de cinema para crianças pobres? Eles não iriam aprender. E como iriam usar isso? Isso é muito sofisticado para crianças pobres, esse projeto não vai dar certo.” Em resumo, perdemos aquele espaço, e começamos a percorrer a cidade do Rio de Janeiro, buscando um local. Chegamos até ao Estação Botafogo, do Severiano Ribeiro mas não quiseram nos ceder uma sala, num momento em

que os cinemas do Rio de Janeiro estão sendo fechados e dão lugar a templos. Até a Cinelândia vai mudar de nome, porque praticamente já não existem mais cinemas lá.

As coisas se reverteram e conseguimos um contrato de parceria com o Museu da Imagem e do Som. No dia da assinatura, a administradora nos advertiu: “Gabriela você por favor, todo dia quando os alunos saírem você faz uma vistoria nos banheiros porque você sabe, essas crianças tem mania de fazer cocô fora da privada e minhas faxineiras não estão aí para ficar limpando essa sujeira...”. Dissemos: “está certo, nós vamos tomar conta das crianças...” Discutir o quê com uma pessoa assim? É bom lembrar que o Museu da Imagem e do Som é um patrimônio público deste estado. Esta é uma das experiências que tivemos em nosso trabalho, mais precisamente, da nossa convivência com o governo.

## **SEGUNDO MOMENTO: PAIXÃO, ÓDIO, FORTUNAS**

Nesta altura cabe um registro referente ao carnaval. As pessoas adoram carnaval e quando ele chega todos o assistem na TV, ou vão para as ruas e, desejando desfilar, pagam qualquer dinheiro para ter direito a uma fantasia. No entanto, passam o restante do ano falando muito mal do carnaval.

Sabe-se que o carnaval é muito ambivalente, que a organização dele comporta até mesmo lavagem de dinheiro e por isso se critica muito o carnaval. Porém, todas as vezes que fomos trabalhar com escolas de samba, e já o fazemos há quatro anos, não enfrentamos esse tipo de problema que tivemos com a administradora do Museu. Por outro lado, percebe-se muita insalubridade na maioria dos chamados barracões das escolas de samba;

muito embora seja um grande negócio, ainda não existe uma genuína profissionalização dos trabalhadores do carnaval.

Pelos cálculos da Liga das Escolas de Samba, o dinheiro que circula durante o carnaval chega à cifra de duzentos milhões ao ano. Apesar do problema na profissionalização e similares, são aproximadamente oito mil pessoas trabalhando diretamente todo ano. Temos buscado trabalhar esses aspectos. É impressionante como o próprio pessoal das escolas fica positivamente admirado quando descobrem o que consideramos uma obviedade: que as escolas podem e devem profissionalizar pessoas da própria comunidade e, desse modo, baratear custos e desenvolver ações educativas.

Um exemplo: os carnavalescos que hoje saem da Escola de Belas Artes e vão para uma escola de samba elaborar um desfile cobram verdadeiras fortunas. Por que as próprias escolas não tomam a iniciativa de formar jovens da comunidade como carnavalescos? É com essa intenção que temos trabalhado.

## **TERCEIRO MOMENTO: HIV E CONDUTAS**

Pela natureza do nosso trabalho, cabem aqui algumas considerações sobre a questão da Aids, ou seja, sobre as experiências que estamos vivenciando no tocante à prevenção da Aids no mundo da prostituição. Vale dizer que desde o início da epidemia estamos trabalhando com prevenção entre as/os profissionais do sexo.

Naquele estágio inicial, quem eram os transmissores do vírus? Os homossexuais, as prostitutas e os drogados. Naquele momento quando esses grupos humanos começaram a ser ainda mais estigmatizados, eles mesmos decidiram tomar a “história na mão”.

Tanto os homossexuais quanto as prostitutas, foram os primeiros grupos a procurar o Ministério da Saúde para operacionalizar a questão da prevenção. E, no caso das prostitutas, com mais razão ainda, posto que foram historicamente responsabilizadas pelo discurso médico de serem as grandes transmissoras de doenças; e agora tal discurso tem sido retomado em relação à Aids. Assim, a partir de 1989, iniciamos um trabalho educativo de prevenção, e hoje constata-se uma mudança significativa no perfil epidemiológico.

Atualmente, o que acontece com a transmissão da Aids? No início da epidemia a proporção era de vinte homens para uma mulher, hoje, é de vinte homens para dezoito mulheres. A grande questão é: quem é essa mulher? É a esposa, e isso é trágico! Teoricamente ela vive uma relação monogâmica, assim sendo, fica muito mais difícil conscientizá-la quanto ao uso do preservativo, porquanto envolve o problema da infidelidade.

Aliás, se formos investigar, a grande maioria das prostitutas usam o preservativo quando estão com os clientes. No entanto, se perguntarmos se elas usam com os namorados ou os maridos responderão negativamente. Trata-se de um limite afetivo e emocional difícil de se transpor.

Todos os nossos projetos de prevenção foram financiados, desde o governo Sarney, pelo programa nacional de Aids do Ministério da Saúde. O atual ministro da Saúde José Serra — que deveria ser conhecido como ministro da moral e dos bons costumes —, estabeleceu uma aliança com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A rigor, a CNBB jamais quis assumir programas de prevenção contra a Aids. Agora, quando decidi assumir, o faz querendo algo em tro-

ca. O que seria? A ênfase propagandística nas relações monogâmicas! Hoje, uma das propagandas termina com a seguinte recomendação: “diminuem os seus parceiros sexuais e usem camisinha”.

Isso está demolindo um trabalho desenvolvido por anos e anos, e que já era difícil porque invadia o plano da cultura sexual e dos costumes das pessoas. Trata-se do grave problema em torno da relação entre informação e mudança de comportamentos. Nos grandes centros urbanos existe um imenso volume de informações a respeito dos perigos da Aids. A grande questão reside no fosso entre informação e mudança de conduta. Cremos que a saída para esse problema passa pela consciência de cidadania, isto é, as pessoas conhecerem e assumirem sua própria história, e então poderem fazer algo em favor de si mesmas.

E as pessoas doentes? Nós somos o único país no mundo que tem doação universal de remédios contra a Aids, para todos, seja ricos, seja pobres. No entanto, o ministro José Serra pretende acabar com isso, alegando que o ministério não tem recursos para comprar tantos remédios. Os ricos e remediados que hoje estão recebendo gratuitamente terão como comprar. Mas os remédios são caríssimos, como ficam os pacientes pobres? Em suma: criam-se obstáculos morais aos programas de prevenção, prejudicando-os seriamente, e suspende-se a distribuição dos remédios, condenando os pobres. Esta é a “estratégia” do atual ministro da saúde.

#### **QUARTO MOMENTO: CANUDOS (MORRO DA FAVELA); OSVALDO CRUZ (“CABEÇA-DE-PORCO”)**

Voltando às escolas de samba e aos jovens, é oportuno informar que neste ano estamos trabalhando na Escola de

Samba “Em cima da hora” como responsáveis pela produção de um carro alegórico que vai desfilhar na Avenida. O tema do carnaval da escola são os cem anos de Oswaldo Cruz, e o nosso carro será o da “Cabeça-de-Porco”. O “Cabeça-de-Porco” foi um grande cortiço que existiu no Rio de Janeiro e, sabe-se lá por quê, o cidadão lusitano proprietário das moradias colocou uma grande cabeça de porco na entrada do cortiço.

Era um cortiço imenso com mais de oitocentas famílias residentes. Oswaldo Cruz na sua campanha pela higienização da cidade, considerou o local como foco de febre amarela chegou Oswaldo Cruz, e ordenou a sua demolição. As famílias subiram para o morro da Providência e ali construíram suas moradias, denominando esse novo conjunto residencial de Morro da Favela, em memória de Canudos. Muitos moradores tinham vindo de Canudos e lá existia um morro da favela. Entretanto, “cabeça-de-porco” acabou tornando-se sinônimo de cortiço ou casa de cômodos.

Por isso, nossos meninos, que ficam abismados ao saberem da história, irão produzir o carro com uma imensa cabeça de porco e de cada lado dois ratos ameaçando, a despeito do ufanismo da escola, cujo enredo irá homenagear o “grande” Oswaldo Cruz. Aos poucos os jovens envolvidos foram percebendo a intensidade do preconceito e dos estigmas sobre os pobres, no que tange às doenças e à prostituição, e como o discurso médico sempre justificou a repressão.

Uma pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) compilou na Academia Nacional de Medicina o discurso médico do século passado sobre as prostitutas e procedeu a uma análise. Os profissionais da medicina chegavam ao cúmulo de afirmar

que o modo de vestir da prostituta já revelava que ela era portadora de uma determinada doença venérea.

A situação não mudou muito. Há dois anos atrás tivemos que lutar contra a The U. S. Agency for International Development (USAID) porque ela pretendia realizar testes compulsório de HIV nas prostitutas; alegando ser a melhor maneira de debelar a Aids no Rio de Janeiro, e com um custo de US\$ 1 milhão. Fomos à luta a partir da Praça Tiradentes, uma grande área tradicional de prostituição. Quando o laboratório móvel chegou foi apedrejado e dali o grupo seguiu para realizar uma manifestação de protesto em frente ao prédio do Ministério da Saúde. Nesse ínterim descobrimos a existência do protocolo que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

Trata-se de um protocolo federal que estabelece normas quanto à pesquisa com seres humanos. Poucos sabem da existência dele. Segundo as suas cláusulas, os procedimentos desse programa da USAID estavam todos irregulares. Todavia, quem lhes tinha dado permissão? O próprio Ministério da Saúde. Fazendo uso do protocolo conseguimos vencer a luta contra esse organismo internacional. Na verdade foi um embate contra a lógica preconceituosa do discurso médico oficial.

Os episódios que narramos aqui, dizem respeito à estigmatização, ao preconceito e à história. Por meio deles, e das experiências neles contidas, buscamos acrescentar nossa modesta contribuição ao debate em torno dessa temática complexa — democracia e tolerância. ☞

**Gabriela Silva Leite**, diretora-executiva de DaVida – Prostituição, Direitos Cívicos, Saúde e integrante da diretoria de KOINONIA.

# Igrejas em missão — Aids

Anivaldo Padilha

As igrejas estão em lugares aonde não chegam outras organizações, e podem ser as instituições preferenciais para o enfrentamento da enfermidade e suas implicações. Histórias de um projeto feliz de KOINONIA

Para começar é necessário lembrar os antecedentes do projeto que chamamos de Aids e Igrejas. Nossa preocupação com o tema existe desde a época do Cedi. O Programa de Assessoria à Pastoral já havia feito alguma coisa nessa área, principalmente com a colaboração de Yara Monteiro, hoje uma das coordenadoras do projeto. Ela trabalhava na Secretaria da Saúde e havia feito uma pesquisa nas escolas de ensino médio de São Paulo, com os estudantes, detectando, por exemplo, a incidência muito grande de Aids entre

pessoas que tinham filiação religiosa. Daí que, no processo de formação de KOINONIA, colocamos a questão da Aids como um tema que sabíamos importante no Brasil, principalmente pelo reconhecimento de que Aids não era simplesmente um problema médico ou um problema de saúde, mas também um problema social que envolve questões éticas, morais, teológicas e pastorais principalmente em relação ao preconceito e à discriminação dos portadores do HIV.

## CONSULTA ÀS IGREJAS

Nossa intuição nos levava a pensar que as igrejas podiam ter um papel importante no combate à Aids e, principalmente, na luta contra a discriminação e o preconceito. Logo, entramos em contato com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) propondo que esse projeto fosse uma parceria. O Conselho aceitou a proposta e convocou uma consulta às igrejas brasileiras para, de fato, verificar o interesse delas em trabalhar com a questão da Aids e estabelecer, em caso positivo, alguns parâmetros, linhas gerais de trabalho. A consulta foi realizada em 1995 e naquele encontro com a participação das igrejas do Conic mais a Igreja Presbiteriana Independente, os batistas e mais duas igrejas pentecostais, chegou-se a algumas conclusões.

As igrejas mostraram-se interessadas em desenvolver ações preventivas e de solidariedade, educação e cons-

cientização; ação na sociedade, luta contra os preconceitos, defesa dos direitos dos portadores do HIV, acolhimento e ação solidária a esses portadores, aos aidéticos e às suas famílias. As igrejas também reconheceram que tinham um papel importante a desempenhar por vários motivos. Um deles, o fato de estarem presentes em todos os lugares do Brasil, regiões aonde o Estado e outras organizações não conseguem chegar. Diferentes setores da sociedade estão presentes dentro das igrejas. Partimos também da premissa de que o combate à Aids não depende só da informação. A informação é importante; contudo, sozinha não leva à mudança de comportamento; é preciso trabalhar pelo recorte cultural e tem que conhecer os símbolos e valores que permeiam os diferentes segmentos da sociedade. Partimos do princípio de que são as igrejas as que mais produzem símbolos, são as que têm mais condições de conhecer e compreender simbologias e valores.

Depois da consulta definiram-se as linhas gerais do projeto que consistiam em trabalhar num processo de educação, de conscientização, de sensibilização nas igrejas, mas principalmente também de mobilização de setores importantes da Igreja, de formação de multiplicadores para o trabalho com a Aids. Logo percebemos que não teríamos condições de trabalhar com todas as Igrejas e com todos os setores delas. Olhando a evolução da Aids

**A informação é importante; contudo, sozinha não leva à mudança de comportamento; é preciso trabalhar pelo recorte cultural e tem que conhecer os símbolos e valores que permeiam os diferentes segmentos da sociedade**

no Brasil, verificamos que o setor feminino da sociedade é que está sendo mais atingido. Hoje, no Brasil, a incidência de Aids atinge principalmente mulheres nas idades de 20 a 40 anos, considerando que de 20/18 para baixo são jovens ou adolescentes. Atualmente, é a maior *causa mortis* entre a população feminina brasileira, entre mulheres de 20 a 34 anos e principalmente no Estado de São Paulo.

#### AS MAIORES VÍTIMAS

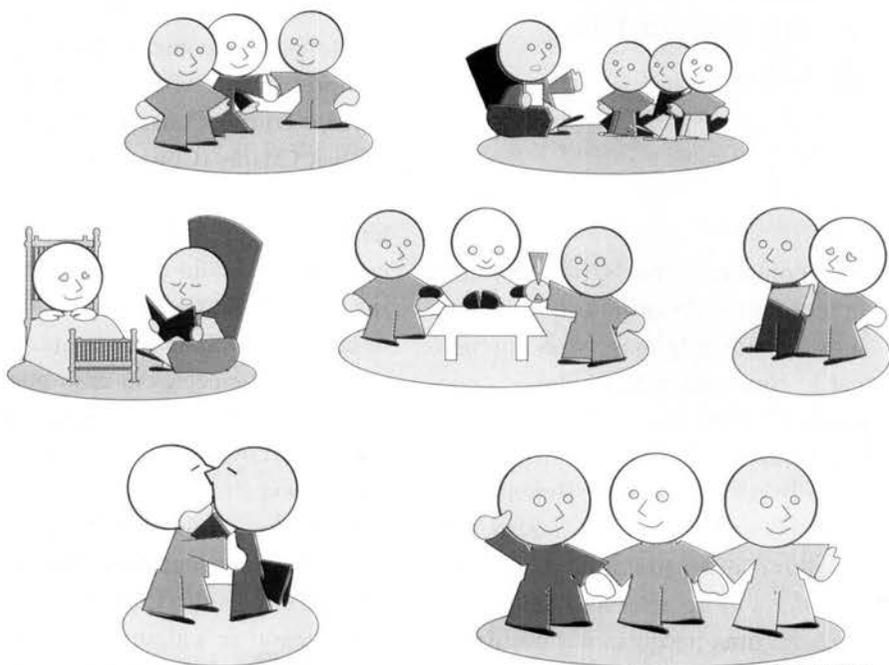
As mulheres são as maiores vítimas da Aids no Brasil e isso tem várias implicações. Quando falamos em mulheres, e principalmente em mulheres de comportamento monogâmico, significa mulheres casadas, que têm família e filhos, o que gera desdobramentos. O impacto da feminização da Aids é muito maior do que foi ou do que está sendo, na população masculina ou o que foi, por exemplo, na comunidade *gay*. Há um grande número de órfãos, de crianças portadoras, contaminadas porque o vírus é passado verticalmente, da mãe para o filho; há casos de mães que morrem e deixam filhos órfãos que acabam sendo responsabilidade das avós. Há, pois, uma série de implicações, principalmente com a questão de gênero.

Entendemos então que esse iria ser

o segmento com o qual deveríamos trabalhar nas igrejas. Esta decisão foi tomada também com base na experiência de prevenção do combate à Aids. As grandes campanhas genéricas do Ministério da Saúde na mídia e também as campanhas de outras organizações da sociedade civil tentando atingir a população de uma forma geral, já está provado, não funcionam. A maneira mais eficiente e eficaz de se combater a Aids são as campanhas feitas pelos próprios pares, e essa é uma das razões pelas quais a incidência da Aids na comunidade homossexual vem decrescendo — porque membros dessa comunidade tomaram consciência logo no começo e fizeram um trabalho entre seus pares; o mesmo em relação às prostitutas. No caso das mulheres encontramos mais dificuldade, porque são poucas as organizações fe-

mininas em que você pode fazer esse trabalho e atingir muitas mulheres.

Dessa forma, as igrejas passam a ser um instrumento extremamente importante, principalmente sabendo que a presença feminina não é só numericamente grande, mas, em geral, são as que mais trabalham, as que mais atuam. Além disso, por serem ativas, quando atuam fora do lar, e no mercado de trabalho, em geral, devido à sua formação de trabalho de liderança dentro da igreja, elas acabam também exercendo certa liderança nos seus locais de trabalho, pelo menos são vistas dessa forma. Referimo-nos a lideranças em termos gerais, não especificamente à liderança política. Mas são pessoas que geralmente têm certa ascendência sobre as outras mulheres. Descobrimos que não havia realmente condições de trabalhar com todas as



Cesar Lapa

## Hoje, no Brasil, a incidência de Aids atinge principalmente mulheres nas idades de 20 a 40 anos, considerando que de 20/18 para baixo são jovens ou adolescentes

mulheres, ou de atingir a massa feminina dentro das igrejas, mas decidimos trabalhar com as lideranças que nós chamamos de lideranças intermediárias, porque essas sim, têm condições de multiplicar experiências entre seus pares dentro das suas comunidades. Concluímos que nesta linha teríamos todos os instrumentos para fazer o trabalho de prevenção.

### INCIDÊNCIA ENTRE ECLESIANOS E CLÉRIGOS

Outra preocupação foi a questão da abordagem. Como falar de prevenção da Aids em igrejas se sabemos que o método mais eficiente é o uso de preservativos? Como criar condições para que os casais, casados ou namorados, possam discutir entre eles as formas de prevenção? Sabíamos que seria extremamente complicado, então decidimos entrar por outra porta. As igrejas em geral, acham que o problema da Aids (e de vários outros tipos de problemas) está lá fora, não dentro. No entanto, os dados mostram o oposto. O Emílio Ribas, em São Paulo, é o maior hospital de tratamento de doenças infecciosas no Brasil: quando o paciente dá entrada no instituto, faz o teste e quando o resultado é positivo, antes dele ser atendido pelos médicos, é atendido pela assistente social. Por essas con-

versas começamos a identificar um grande número de padres, pastores e pessoas que são ativas nas suas comunidades, tanto evangélicas quanto católicas. Temos procurado a melhor maneira de fazer essa discussão dentro dos seminários e em cursos que a gente tem organizado falando da Aids e do comportamento lá fora para trazer isso para dentro. Organizamos palestras, seminários, oficinas, cursos. Yara Monteiro tem trabalhado mais diretamente na área de assessoria, inclusive consultoria individual. Pessoas nas igrejas que ouvem as palestras, têm parentes que estão doentes ou simplesmente são soropositivos e que não tiveram a coragem de abrir a questão dentro das igrejas e então procuram a Yara para saber como proceder.

### IGREJAS EM MISSÃO PRA VALER

Nestes quatro anos de atividades, as igrejas que mais têm acionado o projeto, que mais aceitaram o desafio foram a Igreja Metodista, a Presbiteriana Unida, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Presbiteriana Independente. No caso da Igreja Metodista, havia o programa da Saúde Integral, no qual a questão da Aids não era abordada de forma enfática. A partir dessa consultoria de três seminários que foram feitos, e um deles dentro do Encontro Nacional de Mulheres Metodistas, a questão da Aids foi incorporada de forma mais enfática ao programa de saúde. Na Igreja Luterana, onde este ano a idéia era organizar uma Conferência Nacional sobre Diaconia, a questão da Aids ia ser apresentada como uma questão central a partir das experiências que eles tiveram com o trabalho realizado por KOINONIA junto com o Conic no Encontro de Mulheres Luteranas em Florianópolis, há dois anos. Na Igreja Presbiteriana Unida, a pastora Maria Luiza

Rückert, secretária da diretoria de KOINONIA tem sido colaboradora nos encontros e fez uso também do projeto em vários momentos. A partir desse trabalho com mulheres e com jovens estamos formando uma parceria com o Conselho Latino-Americano de Igrejas, região Brasil, para continuar o trabalho sobre Aids e Juventude.

Durante todos estes anos trabalhamos com recursos ínfimos. As igrejas cobriram os custos de viagens e outros referentes à maior parte dos seminários e encontros que foram realizados, principalmente fora de São Paulo. Lançamos duas publicações: a primeira foi uma sistematização da consulta nacional e, no final de 1997, fizemos outra publicação que é um material de reflexão e depoimentos sobre a Aids. No ano passado, nosso projeto foi aprovado em uma licitação do Ministério da Saúde e deveríamos ter começado algumas atividades no início de 1999. Mas houve um grande atraso por parte do Ministério e os recursos só foram liberados em junho. A partir de então e até maio do próximo ano teremos recursos insuficientes ainda, mas pelo menos recursos bastantes para ampliar o projeto e aprofundar o nosso trabalho.

No próximo ano, TEMPO E PRESENÇA espera publicar — a fim de enriquecer um debate tão importante como este, a título de informação e reflexão, quase um manual de ação para as igrejas — um Suplemento especial. ☐

Anivaldo Padilha, coordenador do projeto Aids e Igrejas e Secretário de Planejamento e cooperação de KOINONIA.

# É preciso

Emir Sader

É preciso matar camponeses, porque a intocável estrutura rural não permite que tenham acesso à terra. É preciso matar crianças pobres, porque não serão nem os consumidores de luxo, nem os trabalhadores altamente qualificados que o mercado requer. É preciso matar jovens nas periferias, porque atentam contra a sagrada propriedade privada. É preciso matar mendigos, porque sua presença torna insuportável a circulação dos bem-postos pela cidade.

É preciso cortar recursos das políticas sociais, porque a ditadura do equilíbrio orçamentário acertada com o FMI impõe. É preciso esperar para diminuir a pobreza pela metade até 2015, porque o ministro da Fazenda, zeloso cumpridor dos mandamentos do capital financeiro, assim o ditou. É preciso fazer pagar os idosos, porque o presidente da República tem que pagar os juros da dívida externa que seu plano gerou.

É preciso agradar os poderosos, porque eles são poderosos. É preciso tratar bem os ricos, porque são eles que financiam as campanhas eleitorais. É preciso tratar mal os pobres, porque eles são pobres e são muitos.

É preciso sorrir, para dar a impressão de que a situação está sob controle. É preciso gastar muito dinheiro em propaganda, para diminuir o descontentamento. É preciso buscar sistematicamente bodes expiatórios, para que se pense que são eles os responsáveis pelos problemas do país.

É preciso ser fraco com os fortes, porque eles são

fortes, e forte com os fracos, porque eles são fracos.

É preciso dizer que todas as crianças estão nas escolas, para que se pense que é verdade. É preciso adiar a resolução dos problemas, para que o país sempre precise de salvadores.

É preciso retribuir os favores dos que financiam as campanhas eleitorais e ser implacáveis com os que se opõem.

É preciso calar sobre a violência prepotente das grandes potências nos conflitos mundiais, porque o presidente tem medo delas.

É preciso culpar os trabalhadores pelo seu desemprego, os pobres pela sua pobreza, as vítimas pela sua fraqueza e os excluídos pela sua exclusão. É preciso dizer sempre que o que tinha que ser feito foi feito, que o governo é honrado e que a crise vem de fora. É preciso falar, falar muito, fazer como se o país estivesse em boas mãos, como se cada um devesse se virar para sobreviver e deixar o governo para os governantes.

É preciso liberar os ricos de pagar impostos, para que façam o que bem entendam com o seu dinheiro, porque disso eles entendem. É preciso cobrar impostos dos assalariados, porque é do trabalho que vem a riqueza, inclusive do Estado.

É preciso viajar muito, para dar a impressão que a imagem externa do país é boa, falar em vários idiomas para fazer passar que se é culto, fotografar-se com estadistas para contrabandear que se é um deles e falar bem da globalização, para agradá-los.

É preciso falar mal do Brasil e dos brasileiros, dizer que são caipiras, não gostam de trabalhar, só querem saber de aumento de salários, querem se aposentar cedo, para baixar a auto-estima de todos e favorecer a desarticulação da nacionalidade em favor de padrões de consumo do Norte.



É preciso dizer que há milhões de “inimpregáveis”, para que esses milhões se resignem à sua sorte e não culpem o governo. É preciso dizer que o desemprego é “tecnológico”, para que ninguém pense em diminuir a jornada de trabalho, a fim de que todos trabalhem menos para que todos trabalhem.

É preciso fingir que se lê, mas desprezar a cultura, colocar ministros e seus auxiliares como se fossem da área cultural, mas que sejam ineptos, enquanto se desqualifica o debate. É preciso desqualificar o debate, para que não se saiba que há alternativas, melhores que a atual.

É preciso ser de direita, fingindo que se é de esquerda ou, se não é mais possível, dizer — como faz a direita — que já não há direita e esquerda.

É preciso não ir ao enterro do Florestan e do Betinho, para evitar manifestações de desgosto.

É preciso empurrar a crise para baixo, para que os estados e municípios paguem por ela e o governo federal possa pagar as contas do FMI.

É preciso ser cínico e imoral, pregar a ética da responsabilidade em detrimento das convicções. É preciso ser amigo de ACM, de Roberto Campos, de Inocêncio Oliveira, para tentar se manter no poder.

É preciso não fazer a reforma agrária, para não desagradar os aliados e chamar um ex-comunista para fazer frente aos sem-terra.

É preciso deixar os pobres analfabetos, sem cultura e sem informação veraz, para que continuem pobres. É preciso dotar os ricos de informações privilegiadas, para que sejam mais ricos e mais amigos.

É preciso, é preciso.

Será mesmo preciso?



Emir Sader, analista político e professor de Sociologia da Uerj.  
Fonte: *Correio Braziliense*, 31/10/1999.

# O movimento sindical rural sai jogando

Jorge Atilio S. Iulianelli, Quitéria Maria Ferreira e Rita de Cássia de Souza

**Sindicatos descobrem que sua função ultrapassa o corporativismo e passam a movimentar adultos e jovens para o esporte e a festa; da festa e do esporte passam à luta e à consciência política. Dos desafios da luta aos desafios da festa — uma articulação do lúdico com o político**

## **OUSADIAS: MARCA REGISTRADA**

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco nasceu realizando ações ousadas. Em 1979 constituiu-se como um Pólo de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em pleno semi-árido, reunindo sindicatos da Bahia e Pernambuco, dos Pólos de Juazeiro e Petrolina. Nos idos de 1980 manteve a luta histórica dos atingidos pela Barragem de Itaparica, promovendo um modelo novo de indenização a esse segmento da população: terra. “Terra por terra, na beira do lago”, sob este lema mais de seis mil famílias conquistaram a reinstalação de suas vidas em agrovilas que viriam a ter terra irrigada. Entre 1986

e 1999 o Pólo se manteve na liderança das lutas na região, isto às expensas de sacrifícios muito grandes.

Após tanto tempo de luta, o Pólo Sindical colaborou para a formação de associações e cooperativas de pequenos produtores, e as agregou ao seu Coletivo (órgão interno de deliberações, abaixo da Assembléia), ampliando suas relações na região. Foram implementadas pelo Pólo ações que procuraram tornar mais aberto o machista sindicalismo rural para a questão de gênero. Hoje a presença das mulheres nas diretorias de sindicatos, associações e cooperativas é uma realidade. Encontrando-se numa região marcada pela seca, embora mantendo, até agora, como foco principal a luta a favor dos reassentados, construiu um novo modelo de luta na área de sequeiro. A Secretaria de Convivência com a Seca mantém uma ação de perfuração de poços e assessoria à organização produtiva da população naquela área.

## **CONSTRUINDO NOVAS ALTERNATIVAS**

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco criou, em 1997, o Departamento de Jovens, no interior da Secretaria de Mulheres. A criação desse Departamento e a entrega da coordenação a uma jovem, mostrou mais uma

vez a inovação do movimento sindical rural de sertanejos. A coordenação do Departamento sempre procurou incentivar um modelo de organização que tivesse os jovens, moças e rapazes, como protagonistas das ações. Como uma tentativa de articulação da juventude, produzindo uma discussão sobre a atuação dessa nova geração de sertanejos como promotores da cidadania, constituiu-se em Coletivo de Jovens que articula representantes de toda a região de atuação do Pólo, trazendo sertanejos das áreas seca e irrigada.

Produziu-se em 1998 um primeiro encontro da juventude rural do Submédio São Francisco. Naquele encontro registrou-se que os mais de 80 participantes representavam mais de 150 grupos espargidos na região. Elaborou-se uma revista que deveria servir como motivadora para as discussões dos grupos. Uma série de outras ações foram realizadas, assumindo outras agendas além do movimento sindical, como o Dia Nacional da Juventude (atividade celebrada pela Pastoral da Juventude da igreja romano-católica). Identificou-se essa juventude rural presente como já tendo tido algum compromisso e algum instrumento de formação nas igrejas e grupos de pastoral, havendo alguns entre eles que já eram universitários.

## **JOGANDO O JOGO**

No ano de 1999 o Departamento de Jovens quis dar uma nova contribuição

às lutas do Pólo. Pretendendo oferecer oportunidades para arejar o movimento sindical sertanejo, açodado por tantas lutas, pretendeu-se criar um modelo alternativo de formação e articulação. A proposta de ação do Departamento foi a Primeira Olimpíada da Juventude Rural do Submédio São Francisco. Da preparação para a realização foi uma atividade conduzida pelo Departamento de Jovens do Pólo. Foi proposto como objetivo “desenvolver o espírito de participação civil nos jovens por meio dos jogos olímpicos, estimulando o debate crítico sobre a situação regional e da juventude, apoiando as práticas desportivas como alternativa ao ócio e ao vício”. Criar prazer e lazer, em complementação à política.

Toda a organização do evento foi discutida pelo Coletivo dos Jovens do Departamento desde a seleção de atividades desportivas até a escolha das áreas que deveriam ter prioridade nas inscrições. Os debates propostos pelo Departamento foram tão ricos que estimularam um envolvimento direto da Coordenação do Pólo (composta por homens e mulheres com mais de trinta anos). Decidiu-se que a preparação deveria incluir a formação de comitês locais, debates municipais, etapas municipais e regionais. A abertura deveria ser a 20 de agosto e o encerramento a 31 de outubro. Para a realização da Olimpíada, o Pólo contou com a co-promoção e a assessoria de KOINONIA.

A Olimpíada foi a prova de que um

discurso prazeroso pode ser mobilizador. Foram envolvidos diretamente doze dos quinze municípios atendidos pelo Pólo. Alguns dos que não se mobilizaram tinham olimpíadas locais. Participaram diretamente como atletas 1.145 jovens da região rural dos municípios. Disputaram desportos como futebol de campo e salão, vôlei de quadra, desportos atléticos (corridas e maratona), dominó de dupla e tiro ao alvo com peteca. Todo um conjunto de atividades que se desenrolou ao longo de três meses.

Antes mesmo da abertura foram criados os Comitês Locais. Neles previa-se a participação de setores do poder público (prefeituras), das igrejas e pastorais, das escolas, dos sindicatos e das organizações dos pequenos produtores. Em todos os municípios foram constituídos os comitês, uns tinham maior participação que outros. Entretanto, o esforço por essa articulação mostra uma face de um movimento sindical cada vez mais negociador, seguro de uma face civil maior que a face corporativa. Os comitês foram responsáveis pelas inscrições, aplicação de um questionário para o levantamento do perfil da juventude e pela organização de um debate municipal para promover a discussão sobre as situações regionais e da juventude.

Para a realização do debate foi promovida uma preparação dos monitores. Estiveram presentes vinte pessoas. Entretanto, já esta atividade dava mostras do conjunto de problemas que estariam surgindo. A questão do transporte público é um problema grave naquela região. Jovens que vinham de Barra do Tarrachil (BA) e Itacuruba (PE) tiveram os carros que os traziam quebrados na estrada, e se atrasaram. Porém, a garra desses jovens tornou possível a realização da atividade.

Os debates municipais tiveram su-



Sindical do Submédio São Francisco

cesso semelhante. Houve municípios que tiveram uma participação parcial dos inscritos. Em todos os que aconteceram se procurou discutir os problemas que mais afetam os jovens no município. Em Floresta, por exemplo, que teve uma participação parcial, Chila e Manoel, jovens que conduziam o debate, levantaram com os jovens as situações: desemprego, baixa remuneração para o trabalho rural, falta de ensino médio e profissionalizante, transporte e violência. Esse levantamento acontecia com uma consideração sobre propostas de solução: permanência no campo, lutas políticas, etc. Isto numa discussão sobre a participação das equipes e atletas nos jogos, sobre as regras da Olimpíada, sobre as etapas municipais e regionais...

A vivência da Olimpíada demonstrou, além de ser uma experiência agradável e estimulante para todos que nos envolvemos, a capacidade dos jovens lidarem melhor com o desafio da diversidade cultural presente nas equipes vindas de municípios e estados diferentes. Para além do espírito de competição, de querer ganhar, esteve presente o espírito de participação dos jovens que esbanjaram as próprias motivações.

A abertura transcorreu na tarde de 20 de agosto, contou com mais de seiscentos atletas. Houve atraso de ônibus, e município que, devido a problemas com o transporte negociado, conseguiu um meio alternativo de chegar (caminhão de detritos da prefeitura), mas estavam lá. O que ficou na memória dos jovens foi o desfile dos atletas uniformizados, o painel sobre a realidade da juventude do Submédio São Francisco e o Forró. Desfile, informação, baile: prazer e troca de experiências, novas amizades e política.

Há algumas questões que precisam ser registradas. Uma boa parte dos

municípios que tiveram maior participação não tinham uma presença forte do Departamento de Jovens e do sindicalismo. Houve uma participação equilibrada das regiões da área seca e da área do reassentamento. Sem dúvida, a juventude passou a conhecer melhor o Pólo Sindical. Essa atividade permitiu aos dirigentes sindicais olharem para o mundo da política com outras dimensões: política não é inimiga da alegria e do prazer; a ação política deve contribuir para aumentar a felicidade das pessoas.

Alguns desafios que brotam a partir da Olimpíada. A atividade de uma olimpíada foi uma estratégia rica para abrir novos caminhos de participação nas lutas populares do Submédio São Francisco. No início, os diretores do Pólo queriam também participar dos jogos. Seria interessante. Foi muito bom o conjunto de tentativas para articular os comitês, desenvolver os debates municipais, conduzir os jogos e realizar abertura e encerramento em grande estilo. Há uma série de questões que brotam para a continuidade desta, e de outras atividades do Pólo, entre as quais destacamos:

a) A estruturação do Departamento de Jovens: O departamento de jovens é uma criança. Está começando. Os primeiros passos que têm dado são fortes e na direção certa. Este departamento precisa garantir o exercício de uma coordenação mais articulada do seu Comitê de Jovens. É necessário pensar numa coordenação que não pese apenas sobre os ombros de uma pessoa. Sobre este ponto seria preciso desenvolver mais as idéias, mas o que fica neste espaço é suficiente para iniciar um processo de discussão.

b) A discussão sobre políticas públicas: O principal problema para a realização das olimpíadas foi a falta de política de transporte público. Esta re-

gião tem que colocar isto em discussão. Não há transporte municipal e intermunicipal que atenda às demandas das trabalhadoras e trabalhadores rurais e da juventude. Os incidentes de Belém de São Francisco também deixam notar, mais uma vez, a ausência de políticas de segurança pública. A questão dos jogos desperta, fundamentalmente, a necessidade de políticas de educação, cultura e lazer. Esta é uma pauta a ser oferecida às candidaturas populares da região, que aparecem a partir do movimento social. Também configuram uma pauta de reivindicações a serem discutidas com as autoridades municipais e estaduais. Uma tarefa, decorrente disso, seria elaborar uma série de indicações de problemas e soluções para cada uma dessas necessidades.

c) A virada do movimento sindical rural: Um desafio imenso é transformar os 1.145 inscritos na Olimpíada em participantes, mesmo à distância, do movimento sindical.

## POLÍTICA SINDICAL DE GERAÇÃO

Finalmente, cabe-nos destacar: a Olimpíada revelou esse sindicalismo sertanejo, cuja atuação no Pólo Sindical do Submédio São Francisco é uma das marcas, e quer mostrar não ser possível ao sindicalismo tratar do tema das relações de geração apenas sob a perspectiva pedagógico-formativa. Uma política sindical de geração articula o lúdico e o político; o simbólico e a intervenção direta; a solidariedade e a formação. Este foi um passo na direção da construção de uma política sindical de geração, um passo acertado e ousado. ☐

Rita de Cássia S. N. de Souza, Coordenadora do Departamento de Jovens, Quitéria Maria Ferreira e Jorge Atílio S. Iulianelli colaboradores apoiados por KOINONIA.

# "...para quem será?"

**S**em razão aparente alguma, sem que eu a tivesse chamado, uma parábola de Jesus saiu por iniciativa própria do arquivo da minha memória em que ela se encontrava guardada, fazia muitos anos: "Havia um homem rico cujas terras lhe deram grande colheita. E pensava consigo mesmo: 'O que vou fazer? Não tenho onde guardar a colheita.' Disse então: 'Já sei o que vou fazer; vou derrubar os celeiros para fazê-los maiores e ali guardar todo o trigo e os meus bens. E direi à minha vida: tens muitos bens armazenados para muitos anos. Descansa, come, bebe, regala-te.' Deus, porém, lhe disse: 'Insensato! Ainda nesta mesma noite tirarão a tua vida. E para quem ficará tudo o que acumulaste?'" (Lucas 12.16-21).

Ouvi muitos sermões sobre este texto. Os pregadores gostavam dele. Usavam-no para amedrontar os homens com a possibilidade da morte e os horrores do inferno. Desta forma, com frequência conseguiam submetê-los à manipulação espiritual. Mas a parábola não fala sobre isso. A sua pungência se encontra na pergunta terrível: "Para quem ficará tudo o que acumulaste?"

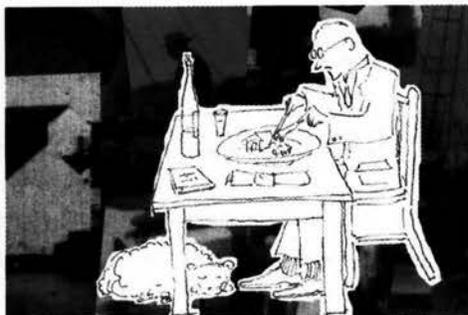
Acumular é um dos mais profundos instintos da alma. Porque a alma ama. O amor deseja possuir. Se amo a casinha de paredes brancas e janelas azuis — por que não possuí-la, se posso? Se ela for minha eu cuidarei dela, plantarei um jardim. Se amo a cachorrinha que brinca — por que não possuí-la? Se eu, que a amo, a possuir, cuidarei dela e nós dois passearemos pelo parque. Se amo a música que ouço, por que não possuir o CD? Eu o levarei para casa e poderei gozá-lo quantas vezes quiser. O amor é onívoro — quer comer tudo. Comer é a forma mais radical de possuir.

Comendo, o que estava fora e era outro, passa a ser parte do meu próprio corpo. "Sou onívoro de sentimentos, de seres, de livros, de acontecimentos e lutas. Comerá toda a terra. Beberia todo o mar", dizia Neruda.

Eu ajuntei muitas coisas e estou sendo perturbado pela pergunta da parábola: "Para quem ficará tudo o que acumulaste?" Quando o que se acumulou se resume a bens e dinheiro a resposta à pergunta é fácil. Dinheiro e bens são valores que se medem por meio de números. Assim, basta dividir o total pelo número dos herdeiros definidos legalmente e dar a cada um a parte que lhe cabe.

Mas, e as outras coisas que acumulei? Jesus comparou o corpo a um tesouro do qual cada um tira as coisas que ajuntou. Cada pessoa tem um tesouro que é único, só seu. No meu tesouro há uma quantidade enorme de coisas absolutamente inúteis, que não têm nenhum valor de mercado. Livros usados, alguns, os que mais amo, já caindo aos pedaços, de tanto amor que fizemos. Há os CDs — gosto particular meu. Ou-





tros não teriam paciência para ouvi-los. Como este que estou ouvindo agora, três suítes para violoncelo de Bach, transcritas para flauta doce. Quadros — o mais querido sendo “Mulher lendo uma carta” (sempre que falo sobre essa tela de Vermeer quase choro). Livros de poesia, literatura, arte, jardins. Um peso de papel de vidro verde claro. Fotografias. Cartas. Memórias. Parece estranho mas o fato é que memórias são também objetos que acumulamos. Estão guardadas no nosso tesouro. Há umas memórias das quais me livraria com prazer. Seria preciso inventar uma técnica de faxina de memórias: uma vez por ano, limpeza das memórias que fazem sofrer. Mas há as memórias que amo. Curioso: nenhuma delas é sobre acontecimentos importantes. São memórias-brinquedo: fico brincando com elas. E isso me faz feliz. Bobagens: a cena de um menino andando a cavalo de madrugada no meio do campo coberto com capim-gordura, o barulho da água caindo no monjolo, a música dolorido-apaixonada dos carros de boi, o apito rouco da maria-fumaça, as minhas cachorras, chupando jabuticaba no alto da jabuticabeira, momentos de amor leve com as pessoas que amo, e uma infinidade de cenas, como se fossem fotografias, que ficaram gravadas na minha memória. Quando eu morrer vão se perder. Mas não quero que se percam. Tenho de dá-las para alguém que tome conta delas. Aí me vem a aflição por escrever. Quando escrevo estou lutando contra a morte. A morte das coisas que o meu amor juntou e que vão se perder quando eu morrer.

Alberto Caeiro diz: “Eu nunca guardei rebanhos, mas é como se os guardasse...” “Quando me sento a escrever versos sinto um cajado nas mãos, olhando para o meu rebanho e vendo as minhas idéias, ou olhando para as minhas idéias e vendo o meu reba-

nho...” Também sou guardador de rebanhos. Minhas ovelhas são minhas idéias. Para quem ficarão minhas ovelhas? Quem cuidará delas? Não quero que minhas ovelhas fiquem para um açougueiro. Açougueiro só reconhece ovelhas mortas penduradas em ganchos no açougue. Ovelhas são dinheiro. Mas minhas ovelhas não são dinheiro.

O que a gente acumula é parte da gente — porque somente o amado é acumulado. Como disse, tudo é fácil quando o que se acumula se resume em dinheiro. Quem só acumulou dinheiro é porque só amou dinheiro. A coisa se complica quando o que se juntou foram ovelhas. É preciso encontrar alguém que as ame, que tenha alma de pastor, que as chame pelo nome, que as conduza por pastos verdes e fontes de águas frescas, as defenda dos lobos e as acaricie ao fim da tarde.

Mas o fato é que não é possível acumular coisa alguma. O acumular é uma ilusão. Por isso Deus chamou o rico de “insensato”. Uma outra versão diz: “louco” — alguém que perdeu o juízo. Quem pensa que acumula é doido. Fernando Pessoa/Bernardo Soares, no *Livro do Desassossego*, medita num estilo que faz lembrar Santo Agostinho nas *Confissões*: “Que possuímos? que possuímos? Possuímos a alma? Ouve-me em silêncio. Nós não a possuímos. Nem a nossa alma é nossa sequer. Como, de resto, possuir uma alma? E se não possuo o meu corpo como posso eu possuir com ele? Eu não possuo a minha alma — como posso possuir com ela?”

Releio a parábola. Não me causa medo. Deus não tem vinganças a realizar. Mas a pergunta me atravessa: “Para quem ficará tudo o que acumulaste?” Quem cuidará do meu rebanho?

Mas, talvez, esta seja uma pergunta ociosa, impossível de ser respondida. Eu apenas tive a ilusão de possuir um rebanho, apenas tive a ilusão de haver acumulado objetos, memórias, idéias. Esse rebanho nunca foi meu. É um grande rebanho que pasta pelos pastos do mundo, ovelhas à procura de quem cuide delas. Por um tempo estiveram sob os meus cuidados: eu as chamava pelo nome. Depois sairão por aí, e encontrarão um pastor. Muitos são os pastores. De vez em quando a gente topa com um deles, e então é aquela alegria. Tocamos flauta juntos. Assim, não há por que me preocupar. Minhas ovelhas não ficarão abandonadas. ☺

# LYSÂNEAS MACIEL [1926–1999]

Uma grandeza da qual nós, os pequenos, nem sabemos falar direito. Numa segunda-feira (3 de dezembro) a resistência de quase três meses em hospital se apagou. O velório na Câmara Municipal, o cortejo em carro do Corpo de Bombeiros, as palavras dos presentes e os aplausos misturados às lágrimas pelo ausente amado, não foram suficientes.

Lysâneas jamais se dobrou ante os esbirros de todos os tipos (coisas, fatos e pessoas) e a Ditadura teve de cassá-lo em 1976 (1º de abril, décimo segundo aniversário da quartelada). Antes de deixar o Congresso num "canto de cisne" parlamentar, os mandantes, suas Excelências, tiveram que ouvi-lo bradar: *Podem cassar, podem torturar, podem até matar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis: o tempo e a história de um povo.*

Antes de ser expulso pelas baionetas, a voz incrivelmente profética de seus discursos era repetida em francês (*Le Monde*), em inglês (*The New York Times*) e "invadiam" o Brasil censurado nas páginas desses e de outros periódicos.

Essa voz percorreu caminhos acompanhada de centenas de milhares de amigos e eleitores:

1970 – Primeiro mandato federal

1974 – Segundo mandato federal

1975 – Organizador do "grupo autêntico" do MDB

1978 – Comissão de Direitos Humanos e Refugiados (ONU)

1985 – Outro mandato como Deputado Constituinte

1987 – Anticandidato à Presidência da República por uma aliança de partidos



Marco Antônio Cavalcanti/AJB

1989 – Percorre o mundo com o bispo Desmond Tutu (Nobel da Paz). Comissão da ONU na luta contra o *apartheid* e pela libertação de Nelson Mandela

1993 – Ressuscita dos destroços o Complexo de Quintino. Dizia: *Nele poderiam ser abrigados e recuperados todos os menores de rua do Rio de Janeiro.* Implantou aí a Universidade do Trabalho

1996 – Lideranças insistem e se elege vereador no Rio de Janeiro

1999 – Concede título de Cidadão Carioca a Fidel Castro.

Mas, de suas obras destaque-se uma que como é síntese dele, de seu coração: o Centro de Recuperação Infantil (Crei – 1963) na Igreja Cristã de Ipanema. Milhares de crianças já foram recuperadas

Lysâneas, presbítero amado!

Lysâneas, operário incansável do Movimento Ecumênico internacional!

Lysâneas, irmão querido desde o CEDI até esta nossa KOINONIA.

Lysâneas, ainda vamos ver cumpridos outros sonhos teus. Amém.

# Vamos recomeçar?

Os mais jovens, alguns até ainda crianças, outros menos jovens e menos velhos nos acostumamos a uma festa com sabor de fim de ano muito mais, às vezes, que o real conteúdo de início de vida porque é nascimento de alguém que não envelheceu jamais, nem é aniversário, só aniversariam os que estão envelhecendo e a festa não é isso é antes uma festa-lembrança

dos que esqueceram fraternidade para que retomem fraternidade.  
dos que traíram amor a fim de retomarem o amar-se  
dos que discriminam alguém para não discriminarem mais,  
dos que excluíram para não mais excluírem,  
dos que marginalizaram para que outra vez não marginalizem,  
e nós nos acostumamos a comer velhas comidas, a beber velhas bebidas, a repetir velhos "feliz-natal",  
a reproduzir os mesmos abraços de tantos natais como quem diz "foi legal, não acha?"  
e deveria dizer "vai ser melhor ainda, não vai?"  
porque não é festa decembrina, está mais para festa januária, festa de começar sempre (ou recomeçar) os passos ecumênicos que jamais deveriam ter sido interrompidos e ponto-final.

Ah! Esqueceu-nos:

Feliz (mais um) Natal!

Seja muito natalino (sempre recomeçar) o 2000!

[texto de C. Cunha]